



Estado do Rio Grande do Sul
**PREFEITURA MUNICIPAL DE
ENTRE-IJUÍ**

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89 971.782/0001-10
Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani
E-mail: licitacao@pmei.rs.gov.br – Fone: (55) 2120-2779
<http://www.entreijuis.rs.gov.br>



PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) Nº 026/2025
PROCESSO Nº: 098/2025

RECEBIMENTO DE PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO ATÉ: 23:59 horas do 17/10/2025

RECEBIMENTO DE PEDIDOS DE IMPUGNAÇÃO ATÉ: 23:59 horas do 17/10/2025

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS ATÉ: 08:29 horas do dia 22/10/2025

ABERTURA DA SEÇÃO PÚBLICA: às 08:30 horas do dia 22/10/2025

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 08:30 horas do dia 20/10/2025

ENDEREÇO: As propostas serão recebidas exclusivamente por meio eletrônico no endereço:
www.portaldecompraspublicas.com.br.

TIPO DE LICITAÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM (*art.33,inciso I Lei 14.133/2021*)

EDITAL DE LICITAÇÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO

1.PREÂMBULO:

1.1.O MUNICÍPIO DE ENTRE-IJUÍ/RS, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, torna público que irá realizar licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA** do Tipo **menor preço por item**, para aquisição do objeto especificado no **Anexo I** deste Edital, por meio da Secretaria Municipal da Fazenda e Planejamentos, Setor de Licitações, sediado na Rua Francisco Richter, 601, centro de Entre-Ijuís/RS, nos termos *Leis Federais: nº 14.133 de 01 de abril de 2021, Lei nº 14.770 de 22 de dezembro de 2023 e Complementar nº 123/2006*, bem como na forma do *Decreto Municipal nº 03/2024 de 03 de janeiro de 2024* e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas no Termo de Referência **Anexo I** e neste Edital.

O **Pregão Eletrônico** será realizado em sessão pública, por meio de sistema eletrônico que promove a comunicação pela **INTERNET**, mediante condições de segurança, utilizando-se, para tanto, os recursos da criptografia e autenticação em todas as suas fases.

Os trabalhos serão conduzidos por servidora designada, denominada Pregoeira, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos diretamente para a página eletrônica www.portaldecompraspublicas.com.br. A servidora terá, dentre outras, as seguintes atribuições: coordenar o processo licitatório; receber, examinar e decidir as impugnações e consultas ao edital, apoiado pelo setor responsável pela sua elaboração; conduzir a sessão pública na internet; verificar a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos neste edital; dirigir a etapa de lances; verificar e julgar as condições de habilitação; receber, examinar e decidir os recursos, encaminhando à autoridade competente quando mantiver sua decisão; indicar o vencedor do certame; adjudicar o objeto, quando não houver recurso; conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e encaminhar o processo devidamente instruído ao Gabinete do Prefeito Municipal e propor a homologação.

O Edital estará disponível gratuitamente na página <https://www.entreijuis.rs.gov.br/licitacao> e no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br.



Estado do Rio Grande do Sul
**PREFEITURA MUNICIPAL DE
ENTRE-IJUIS**

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89 971.782/0001-10
Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani
E-mail: licitacao@pmei.rs.gov.br – Fone: (55) 2120-2779
<http://www.entreijuis.rs.gov.br>



2.DO OBJETO E QUANTIDADES ESTIMADAS:

2.1. O edital tem como objetivo o registro de preços para futuras e eventuais aquisições de materiais de copa, cozinha, higiene e limpeza, destinados ao uso das secretarias e da Câmara Municipal de Vereadores do Município de Entre-Ijuís/RS, pelo período de 12 meses, conforme as especificações técnicas contidas no edital e, especialmente, no Termo de Referência (Anexo I).

2.2. A licitação será organizada **por itens**, conforme especificado na tabela do Termo de Referência (Anexo I). A adoção do sistema de registro de preços por parte da Municipalidade visa, além da redução de custos, possibilitar o planejamento das aquisições para um período de 12 meses, com a possibilidade de ultrapassar o exercício financeiro vigente, sem comprometer integralmente o orçamento. No Termo de Referência, apresenta-se o quadro com a estimativa de custos dos materiais.

3.DA DESPESA E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

3.1. O Valor estimado desta licitação é de **R\$ 876.827,00 (oitocentos e setenta e seis mil, oitocentos e vinte e sete reais)**.

3.2. A Administração não é obrigada a contratar as quantidades registradas, observado o direito de preferência, em igualdade de condições, do beneficiário da Ata de Registro de Preços.

3.3. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste, nas dotações abaixo discriminadas:

01.01 – CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

010310001.2001000- MANUTENCAO DAS ATIVIDADES LEGISLATIVAS

02.01 – GABINETE DO PREFEITO

0412200022.002000 - MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO GABINETE

03.01- SECRETARIA GERAL E DE ADMINISTRAÇÃO

0412200022.011000 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

04.01 – SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA E PLANEJAMENTO

0412200022.016000 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES FAZENDÁRIAS

05.01- SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA COMÉRCIO E INDUTRIA

0412200022.020000 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA

06.01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E OBRAS PUBLICAS

0412200022.037000- MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SECRETARIA

07.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, TURISMO E ESPORTES

1236507012.329000 – VALOR ALUNO X ALUNO RESULTADO – VAAR- PRÉ ESCOLA

1236507012.328000 – VALOR ALUNO X ALUNO RESULTADO – VAAR- CRECHE

1236107022.330000 – VALOR ALUNO X ALUNO RESULTADO – VAAR- ENSINO FUNDAMENTAL

08.01 – SEC. MUN. DE SAÚDE

1030108012.093000 – MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAUDE

09.01 – SEC. MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

082440902.2271000 - PROTECAO SOCIAL BASICA

3.3.90.30 – MATERIAL DE CONSUMO

4.DO PAC – PREVISÃO ANUAL DE COMPRAS:

O objeto da contratação se encontra previsto nos vários itens abaixo da Previsão Anual de Compras. (PAC), [Decreto Municipal nº 33 de 23 de janeiro de 2024](#), e [aprovado pela Autoridade Competente pelo Decreto Municipal nº 34 de 23 de janeiro de 2024](#).



Estado do Rio Grande do Sul
**PREFEITURA MUNICIPAL DE
ENTRE-IJUI'S**

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89 971.782/0001-10
Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani
E-mail: licitacao@pmei.rs.gov.br – Fone: (55) 2120-2779
<http://www.entreijuis.rs.gov.br>



5.DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO:

- 5.1.** Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.
- 5.2.** A impugnação deverá ser enviada exclusivamente por meio eletrônico, em campo próprio do Sistema Portal de Compras Públicas no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br.
- 5.3.** Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação de propostas.
- 5.4.** A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado por meio eletrônico, em campo próprio do Sistema Portal de Compras Públicas www.portaldecompraspublicas.com.br no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 5.5.** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 5.6.** A participação no certame, sem que tenha sido tempestivamente impugnado o presente Edital, implica na aceitação por parte dos interessados das condições nele estabelecidas.
- 5.7.** Não serão conhecidas as impugnações apresentadas após o respectivo prazo legal ou, no caso de empresas, que estejam subscritas por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pela proponente.
- 5.8.** A petição de impugnação apresentada por empresa deve ser firmada por sócio, pessoa designada para a administração da sociedade empresária, ou procurador, e vir acompanhada, conforme o caso, de estatuto ou contrato social e suas posteriores alterações, se houver, do ato de designação do administrador, ou de procuração pública ou particular (instrumento de mandato com poderes para impugnar o Edital).

6.DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO:

- 6.1.** Poderão participar as empresas interessadas pertencentes ao ramo de atividade relacionado ao objeto da licitação que:
- 6.1.1** Estiver previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF no [Sistema Portal de Compras Públicas](http://www.portaldecompraspublicas.com.br), os interessados deverão atender as condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas,
- 6.2.** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 6.3.** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 6.4.** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.



Estado do Rio Grande do Sul
**PREFEITURA MUNICIPAL DE
ENTRE-IJUÍS**

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89 971.782/0001-10
Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani
E-mail: licitacao@pmei.rs.gov.br – Fone: (55) 2120-2779
<http://www.entreijuis.rs.gov.br>



6.5. Não poderão participar desta licitação, direta ou indiretamente, ou participar do contrato dela decorrente, sob pena de recebimento das sanções previstas neste Edital:

6.5.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

6.5.2 sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

6.5.3 empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

6.5.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

6.5.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

6.5.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

6.5.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau; com poder de direção seja familiar de agente público, preste serviços ou desenvolva projeto no órgão ou entidade da administração pública do Município de Entre-Ijuís/RS, em que este exerça cargo em comissão ou função de confiança por meio de contrato de serviço terceirizado ou contratos pertinentes a obras, serviços e à aquisição de bens, ou ainda de convênios e os instrumentos equivalentes;

6.5.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;

6.5.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

6.5.10. agente público do órgão ou entidade licitante;

6.5.11. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

6.5.12. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

6.5.13. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

6.5.13. O autor do Termo de Referência, **Anexo I** deste edital, pessoa física ou jurídica.

6.5.14 Sociedades empresárias que se encontrem sob falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, dissolução ou liquidação.



Estado do Rio Grande do Sul
**PREFEITURA MUNICIPAL DE
ENTRE-IJUÍ**

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89 971.782/0001-10
Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani
E-mail: licitacao@pmei.rs.gov.br – Fone: (55) 2120-2779
<http://www.entreijuis.rs.gov.br>



6.5.15 Sociedades Empresarias que integrem o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – **CEIS** e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – **CNEP** (Portal Transparência); e/ou que estejam incluídas no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa disponível no Portal do CNJ;

6.6. O impedimento de que trata o item 6.5.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

6.7. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os item 6.5.4 e 6.5.5. poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

6.8. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

6.9. O disposto nos item 6.5.4 e 6.5.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

6.10. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

6.11. A vedação de que trata o item 6.5.13 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

6.12. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

6.13. O descumprimento de qualquer condição de participação será motivo para a inabilitação do licitante.

6.14. As pessoas jurídicas que tenham sócios em comum não poderão participar do certame para o(s) mesmo(s) item(s).

6.15. Será realizada pesquisa junto ao **CEIS (CGU)**, junto ao **CNJ** (condenações cíveis por atos de improbidade administrativa) e no Portal Transparência (www.portaltransparencia.gov.br/cnep), para aferição de eventuais registros impeditivos de participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública.

7.DO CREDENCIAMENTO:

7.1. Os interessados em participar deste Pregão deverão credenciar-se, previamente, perante o sistema eletrônico provido pelo Portal de Compras Públicas, www.portaldecompraspublicas.com.br.



Estado do Rio Grande do Sul
**PREFEITURA MUNICIPAL DE
ENTRE-IJUÍS**

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89 971.782/0001-10
Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani
E-mail: licitacao@pmei.rs.gov.br – Fone: (55) 2120-2779
<http://www.entreijuis.rs.gov.br>



7.2. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto ao provedor do [sistema eletrônico Portal de Compras Públicas](#), onde também deverão se informar a respeito do seu funcionamento e regulamento, obtendo instruções detalhadas para sua correta utilização.

7.2.1. Os interessados em se credenciar no Portal de Compras Públicas poderão obter maiores informações na página www.portaldecompraspublicas.com.br, podendo sanar eventuais dúvidas pela central de atendimentos do Portal ou pelo e-mail falelcom@portaldecompraspublicas.com.br.

7.3. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

7.3.1. O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Município de Entre-Ijuís/RS, responder por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

7.4. O credenciamento junto ao [Portal de Compras Públicas](#) implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

7.5. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

7.6. O Pregão será conduzido pelo Município de Entre-Ijuís/RS, com apoio técnico e operacional do [Portal de Compras Públicas](#), que atuará como provedor do sistema eletrônico para esta licitação.

8. DO ENVIO DA PROPOSTA:

8.1. Após a divulgação do Edital no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br e até a data e hora marcadas para abertura da sessão, os licitantes deverão encaminhar proposta com a descrição do objeto (contendo informações conforme as especificação do Termo de Referência), ofertado e preço, exclusivamente por meio do sistema eletrônico no endereço acima, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas. *Art. 55, inciso I, alínea "a".*

8.1.1. A licitante deverá elaborar a sua proposta com base no edital e seus anexos, sendo de sua exclusiva responsabilidade o levantamento de custos necessários para o cumprimento total das obrigações necessárias para a execução do objeto desta licitação.

8.2. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas.

8.3. O licitante deverá enviar sua proposta, no idioma oficial do Brasil, mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

8.3.1. Valor unitário e total para cada item ou lote de itens (conforme o caso), em moeda corrente nacional;

8.3.2. Descrição detalhada dos materiais indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

8.4. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada e, havendo divergência entre as condições da proposta e as cláusulas deste Edital, incluindo seus anexos, prevalecerão as últimas.



Estado do Rio Grande do Sul
**PREFEITURA MUNICIPAL DE
ENTRE-IJUÍ**

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89 971.782/0001-10
Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani
E-mail: licitacao@pmei.rs.gov.br – Fone: (55) 2120-2779
<http://www.entreijuis.rs.gov.br>



8.5. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na contratação.

8.6. O prazo de validade da proposta será 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

8.7. O licitante, ao enviar sua proposta, deverá preencher, em campo próprio do sistema eletrônico, as seguintes **Declarações on line**, fornecidas pelo Sistema de Pregão Eletrônico:

8.7.1. Declaração de que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), quando for o caso - Anexo VI

8.7.1.1. A indicação do campo “não” apenas produzirá o efeito de a licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que seja qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte;

8.8. As declarações exigidas neste edital e não disponibilizadas diretamente no sistema deverão ser confeccionadas e enviadas juntamente com a proposta de preços e/ou com os documentos de habilitação, e somente após requisição da Pregoeira.

8.9. Declarações falsas, relativas ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta, sujeitarão a licitante às sanções previstas na [Lei 14.133/2021](#) e neste Edital.

8.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

9.DA ABERTURA DA SEÇÃO PÚBLICA E DA FORMULAÇÃO DE LANCES:

9.1. A abertura da sessão pública dar-se-á mediante comando da Pregoeira, por meio do sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

9.2. Durante a sessão pública, o sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.

9.3. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro

9.4. A Pregoeira verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, que contenham vícios insanáveis ou que não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência **Anexo I, (Art. 59, da Lei 14.133/21)**

9.4.1. Constatada a existência de proposta incompatível com o objeto licitado ou manifestadamente inexecutável, o pregoeiro obrigatoriamente justificará, por meio do sistema, e então **DECLASSIFICARÁ**;



Estado do Rio Grande do Sul
**PREFEITURA MUNICIPAL DE
ENTRE-IJUÍS**

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89 971.782/0001-10

Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani

E-mail: licitacao@pmei.rs.gov.br – Fone: (55) 2120-2779

<http://www.entreijuis.rs.gov.br>



GESTÃO COM COMPROMISSO,
ENTRE-IJUÍS COM FUTURO.
ADMINISTRAÇÃO
2025/2028

9.4.2. No caso de bens e serviços em geral, é indício de **inexequibilidade das propostas** valores inferiores a **50% (cinquenta por cento)** do valor orçado pela Administração, conforme disposto *no IN SEGES_ME nº 73 de 30 de setembro de 2022*.

9.4.3. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência da pregoeira, que comprove:

- I - que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- II - inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

9.4.4. Encerrada a fase de julgamento, após a verificação de conformidade da proposta de que trata o *art. 29*, o agente de contratação ou a comissão de contratação, quando o substituir, verificará a documentação de habilitação do licitante conforme disposições do edital de licitação, observado o disposto no **item 13 – Fase de Habilitação**.

9.4.5. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

9.4.5.1. As licitantes deverão manter a impessoalidade, não se identificando, sob pena de serem desclassificadas do certame pelo pregoeiro;

9.4.6. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

9.4.7. A não desclassificação da proposta não implica em sua aceitação definitiva, que deverá ser levada a efeito após o seu julgamento definitivo conforme definido no item **9.23**.

9.5. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

9.6. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

9.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

9.7.1. O lance deverá ser ofertado pelo **valor unitário do item**, de acordo com o Termo de Referência **Anexo I** deste Edital.

9.7.2. O Critério de julgamento adotado será o **menor preço**, conforme definido neste Edital e seus anexos.

9.7.3. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

9.7.4. O intervalo mínimo de diferença de valores, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser no valor de um centavo (**R\$ 0,01**), de acordo com (*Art. 22, § 1º, da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022*).

9.7.5. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **“aberto e fechado”**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado. *Art. 56 da Lei 14.133/21*



Estado do Rio Grande do Sul
**PREFEITURA MUNICIPAL DE
ENTRE-IJUIS**

Rua Francisco Richter, 601

CNPJ: 89 971.782/0001-10

Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani

E-mail: licitacao@pmei.rs.gov.br – Fone: (55) 2120-2779

<http://www.entreijuis.rs.gov.br>



9.7.6. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze 15 (quinze) minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

9.7.7. Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

9.7.8. Não havendo pelo menos 3 (três) ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

9.7.9. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

9.7.10. Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

9.7.11. Poderá a pregoeira, auxiliada pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.

9.7.12. Serão aceitos somente lances em moeda corrente nacional (R\$), com valores unitários e totais com no máximo **02 (duas) casas decimais**, considerando as quantidades constantes no Termo de Referência **Anexo I**. Caso seja encerrada a fase de lances e a licitante divergir com o exigido, a pregoeira, poderá convocar no **CHAT** para atualização do referido lance, e/ou realizar a atualização dos valores arredondando-os **PARA MENOS** automaticamente caso a licitante permaneça inerte;

9.7.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

9.7.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

9.7.15. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com a norma deverão ser desconsiderados pela pregoeira, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente ao provedor do sistema eletrônico *Portal de Compras Públicas*, <http://www.portaldecompraspublicas.com.br>.

9.7.16. Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.

9.8. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

9.9. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

9.10. Se a Pregoeira entender que o lance ofertado é absolutamente inexecutável, ou verificar que houve erro de digitação, deverá excluí-lo do sistema, a fim de não prejudicar a competitividade.



Estado do Rio Grande do Sul
**PREFEITURA MUNICIPAL DE
ENTRE-IJUIS**

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89 971.782/0001-10
Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani
E-mail: licitacao@pmei.rs.gov.br – Fone: (55) 2120-2779
<http://www.entreijuis.rs.gov.br>



9.10.1. Considera-se absolutamente inexecutável a proposta que reduzir o valor do último lance ofertado em mais de 75%. (*§4º do Art. 59 da Lei 14.133/21*).

9.10.2. A exclusão de lance é possível somente durante a fase de lances, conforme possibilita o sistema eletrônico, ou seja, antes do encerramento do item;

9.11. No caso de desconexão com a Pregoeira, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

9.11.1. Se a desconexão perdurar por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa da Pregoeira aos participantes do certame publicada no *Portal de Compras Públicas*, <http://www.portaldecompraspublicas.com.br>, quando serão divulgadas data e hora para a sua reabertura.

9.12. A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão da Pregoeira.

9.12.1. O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

9.13. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.

9.14. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria às microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos *arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006*, regulamentada pelo *Decreto nº 8.538, de 2015*.

9.15. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

9.16. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 10 (dez) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

9.17. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

9.18. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

9.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

9.20. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no *art. 60, §1º da Lei nº 14.133/21*, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:



Estado do Rio Grande do Sul
**PREFEITURA MUNICIPAL DE
ENTRE-IJUÍ**

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89 971.782/0001-10
Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani
E-mail: licitacao@pmei.rs.gov.br – Fone: (55) 2120-2779
<http://www.entreijuis.rs.gov.br>



9.20.1. no País;

9.20.2. por empresas brasileiras;

9.20.3. por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

9.20.4. por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

9.21. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

9.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, a pregoeira deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

9.22.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.22.2. A pregoeira solicitará ao licitante melhor classificado que, **no prazo de 2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

9.23. Após a negociação do preço, a Pregoeira iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

10.DO EMPATE:

10.1. Consideram-se empate ficto as situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas ou empresas de pequeno porte forem iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada, situação em que, como critério de desempate, será assegurado o direito de preferência de que trata os [Arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006](#), mediante a adoção dos seguintes procedimentos:

10.1.1. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada, cuja proposta estiver no intervalo estabelecido no item **10.1**, será convocada para apresentar nova proposta (caso queira) de preço inferior àquela classificada com o menor preço ou lance, no prazo máximo de 10 (dez) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão;

10.1.2. Apresentada proposta nas condições acima referidas, esta será considerada como a licitante detentora do lance mais vantajoso, dando prosseguimento ao certame na forma do item **10** e seguintes;

10.1.3. Não apresentada proposta na condição acima referida, serão convocadas as microempresas ou empresas de pequeno porte, no intervalo estabelecido acima, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

10.1.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas MEs / EPPs que se encontrem em situação de empate, será efetuado sorteio aleatório entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

10.1.5. A convocada que não apresentar proposta dentro do prazo de 10 (dez) minutos, controlados pelo Sistema, decairá do direito previsto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006](#).



Estado do Rio Grande do Sul
**PREFEITURA MUNICIPAL DE
ENTRE-IJUÍ**

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89 971.782/0001-10
Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani
E-mail: licitacao@pmei.rs.gov.br – Fone: (55) 2120-2779
<http://www.entreijuis.rs.gov.br>



10.1.6. Na hipótese de não declaração de licitante vencedora, enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte, será dado prosseguimento ao certame na forma do item 10 e seguintes da licitante que originalmente apresentou a menor proposta ou lance.

10.1.7. O disposto nos subitens 10.1.1 a 10.1.6, somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

10.1.8. A desistência em apresentar lance implicará na manutenção do último preço ofertado pela licitante, para efeito de classificação de aceitabilidade da proposta.

10.2. Se a pregoeira observar que há licitantes em situação de empate que enviaram seus lances em horários exatamente iguais, mas não se enquadram como MEs / EPPs, adotará os seguintes critérios de desempate, nesta ordem: [art. 60, §1º da Lei nº 14.133/21](#)

I - disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

II - avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

III - desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento; ([Vide Decreto nº 11.430, de 2023](#)) Vigência

IV - desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

§ 1º Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

I - empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

II - empresas brasileiras;

III - empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

IV - empresas que comprovem a prática de mitigação, [nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

11.DA NEGOCIAÇÃO DIRETA:

11.1. Encerrada a etapa de lances e depois da verificação de possível empate, a Pregoeira encaminhará contraproposta à licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação, para que seja obtida melhor proposta.

11.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

12.DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA:

12.1. Encerrada a etapa de negociação, a Pregoeira examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto ao preço, a sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#).



Estado do Rio Grande do Sul
**PREFEITURA MUNICIPAL DE
ENTRE-IJUÍS**

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89 971.782/0001-10
Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani
E-mail: licitacao@pmei.rs.gov.br – Fone: (55) 2120-2779
<http://www.entreijuis.rs.gov.br>



12.2.A Pregoeira convocará o licitante para enviar, digitalmente, a proposta atualizada em conformidade com o último lance ofertado num prazo máximo de 2 (duas) horas, por meio de campo próprio do Sistema, ou por e-mail: licitacao@pmei.rs.gov.br, sob pena de desclassificação.

12.2.1.O prazo poderá ser prorrogado, a critério da Pregoeira, desde que solicitado por escrito, antes de findo o prazo estabelecido.

12.2.2.A proposta deve conter:

a) Nome da proponente e de seu representante legal, endereço completo, telefone, endereço de correio eletrônico, números do CNPJ e da inscrição Estadual e Municipal (se houver);

b) O preço unitário e total para cada serviço cotado, **especificados** no Termo de Referência **Anexo I** deste Edital, bem como o valor global da proposta, já considerados e inclusos todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto;

c) A descrição do objeto de forma a demonstrar que atendem as especificações constantes no Termo de Referência, **Anexo I** deste Edital;

d) **FOLDER** com descrição detalhada do objeto, ou **Descritivo Técnico**. Marca, fabricante e procedência;

e) O prazo de garantia do bem, não podendo ser inferior a **12 (doze) meses** contados do recebimento definitivo do objeto;

f) Prazo de validade da proposta não inferior a **60 (sessenta) dias**, contados da data prevista para abertura da licitação, de acordo com [Art. 90 §3 da Lei 14.133/21](#);

g) Indicação do banco, número da conta e agência para fins de pagamento.

12.3.A Pregoeira, a seu critério, poderá requisitar outras formas de comprovação como: catálogos, folhetos, fotos de que os produtos ofertados atendem a especificação.

12.4.A arrematante deverá, quando solicitado pelo Pregoeiro, indicar o site do fabricante para que sejam comprovadas as características do objeto ofertado;

12.5.O não envio da proposta ajustada por meio do correio eletrônico com todos os requisitos elencados no subitem 12.2.2, ou o descumprimento das diligências determinadas pela Pregoeira acarretará na desclassificação da proposta, sem prejuízo da instauração de processo sancionatório contra o licitante.

12.6. Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o conteúdo da proposta apresentada, seja com relação a prazo e especificações do produto ofertado ou qualquer condição que importe modificação dos seus termos originais, ressalvadas apenas aquelas alterações destinadas a sanar evidentes erros formais ou quando a alteração representar condições iguais ou superiores às originalmente propostas.

12.7. Serão desclassificadas as propostas que contenham preços excessivos, assim entendidos quando apresentarem valores globais ou unitários acima do valor definido para o respectivo objeto no Termo de Referência **Anexo I**.

12.7.1.A desclassificação por valor excessivo ocorrerá quando a Pregoeira, após a negociação direta, não obtiver oferta inferior ao preço máximo fixado.



Estado do Rio Grande do Sul
**PREFEITURA MUNICIPAL DE
ENTRE-IJUÍ**

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89 971.782/0001-10
Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani
E-mail: licitacao@pmei.rs.gov.br – Fone: (55) 2120-2779
<http://www.entreijuis.rs.gov.br>



12.8. Se houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preços, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, serão realizadas diligências para comprovação da exequibilidade.

12.9. A Pregoeira em conjunto com a Equipe de Apoio poderá realizar quaisquer diligências necessárias para averiguar a conformidade da proposta com as especificações mínimas previstas no Termo de Referência, **Anexo I** ao Edital, salvo a juntada de documentos, para atender a exigência deste edital, findo o prazo estabelecido no item 11.2.

12.10. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, a Pregoeira examinará a proposta ou lance subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação.

12.10.1. Nas hipóteses em que a Pregoeira não aceitar a proposta e passar à subsequente, serão observados os procedimentos previstos nos itens 7 e 8.

12.11. Havendo necessidade, a Pregoeira suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

12.12. Sempre que a proposta não for aceita, e antes de a Pregoeira passar à subsequente, haverá nova verificação da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos [artigos 44 e 45 da LC nº 123/2006](#), seguindo-se a disciplina estabelecida no item 9 deste edital, se for o caso.

13.DA FASE DE HABILITAÇÃO:

13.1. Os documentos previstos no Termo de Referência **Anexo I**, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

13.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, a Pregoeira verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

13.2.1. SICAF;

13.2.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP (www.portaldatransparencia.gov.br/);

13.2.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

13.2.4. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU;

13.2.5. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força dos [artigos 3º e 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#), que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

13.2.6. Constatada a existência de sanção, a Pregoeira inabilitará o licitante, por falta de condição de participação.

13.3. A Pregoeira consultará o Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica.



Estado do Rio Grande do Sul
**PREFEITURA MUNICIPAL DE
ENTRE-IJUÍ**

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89 971.782/0001-10
Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani
E-mail: licitacao@pmei.rs.gov.br – Fone: (55) 2120-2779
<http://www.entreijuis.rs.gov.br>



13.3.1. As licitantes devidamente cadastradas no SICAF, deverão encaminhar os seguintes documentos:

I – Certidão Negativa de falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial ([Lei nº 11.101, de 09/02/2005](#)), expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datado dos últimos 30 (trinta) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão. No caso de praças com mais de um cartório distribuidor, deverão ser apresentadas as certidões de cada um dos distribuidores;

II – As licitantes que apresentarem resultado menor ou igual a 1 (um), em qualquer um dos índices contidos no cadastro do SICAF, deverão comprovar capital social ou patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor total estimado para o(s) item(ns) cotado(s) constante do **Anexo I, que deverá recair sobre o montante dos itens que pretenda concorrer.**

a) A comprovação deverá ser feita quando da habilitação, apresentando o balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei devidamente registrados ou pelo Registro comercial, ato constitutivo, estatuto ou contrato social, conforme regulado neste edital.

13.3.2. A licitante cuja habilitação parcial no SICAF, acusar como situação do fornecedor algum documento com validade vencida, deverá encaminhar o respectivo documento a fim de comprovar a sua regularidade.

13.4. Os licitantes além do cadastro no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica, à Regularidade Fiscal e trabalhista, Habilitação Econômico-Financeira e Qualificação Técnica:

13.4.1. COMPROVAÇÃO DA HABILITAÇÃO JURÍDICA:

I – Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis junto a Junta Comercial da respectiva sede, para o caso de empresário individual;

II – Para licitante microempreendedor individual – MEI, Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, hipótese em que será realizada a verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

III – Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores, para os casos de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI;

IV – Caso o licitante seja sucursal, filial ou agência, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

V – Inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local da sede do licitante, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores, para o caso de sociedade simples;

VI – Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

VII – Ata de fundação da cooperativa e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971](#), quando participação de Cooperativa;



Estado do Rio Grande do Sul
**PREFEITURA MUNICIPAL DE
ENTRE-IJUIS**

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89 971.782/0001-10
Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani
E-mail: licitacao@pmei.rs.gov.br – Fone: (55) 2120-2779
<http://www.entreijuis.rs.gov.br>



13.4.1.1. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

13.4.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

- a)** Comprovante de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídica Ministério da Fazenda – **CNPJ**
- b)** Prova de **inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal**, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado, sendo aceito ainda em substituição a este, o **Alvará de funcionamento**, nas mesmas condições.
- c)** Prova de Regularidade quanto aos tributos e encargos sociais administrados pela **Secretaria da Receita Federal do Brasil- RFB** e quanto à **Dívida ativa da União** administrada pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN (Certidão conjunta Negativa);
- d)** prova de regularidade com a **Fazenda Estadual**, relativa ao domicílio ou sede do licitante.
- e)** prova de regularidade com a **Fazenda Municipal**, relativa ao domicílio ou sede do licitante.
- f)** prova de regularidade (CRF) junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (**FGTS**)
- g)** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (**CNDT**), mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo *Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943*.
- h)** Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos *termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição, Declaração Conjunta - Anexo III*;

13.4.2.1. Para a regularidade fiscal e trabalhista, será aceita certidão positiva com efeito de negativa.

13.4.2.2. Caso o licitante **seja considerado isento de tributos** estaduais ou municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Estadual ou da Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente que demonstre tal isenção.

13.4.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

I – Certidão Negativa de falência, de concordata, de recuperação judicial ou extrajudicial (*Lei nº 11.101, de 9.2.2005*), expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datado dos últimos 30 (trinta) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão. No caso de praças com mais de um cartório distribuidor, deverão ser apresentadas as certidões de cada um dos distribuidores.

II – Balanço Patrimonial e demais demonstrações contábeis **dos 02 (dois) últimos exercícios sociais**, já exigíveis e apresentadas na forma da Lei devidamente registrados, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

a. No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro. (*Art. 3º do Decreto nº 8.538, de 2015*);

b. no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;



Estado do Rio Grande do Sul
**PREFEITURA MUNICIPAL DE
ENTRE-IJUIS**

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89 971.782/0001-10
Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani
E-mail: licitacao@pmei.rs.gov.br – Fone: (55) 2120-2779
<http://www.entreijuis.rs.gov.br>



c. é admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social.

d. Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o [artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971](#), ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

e. Comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

f. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

13.4.4-Qualificação Técnica

Para comprovação da qualificação técnica, a contratada deverá apresentar comprovação de que atende as especificações elencadas neste termo de referência, nos termos do [\(art. 67, §1º da lei 14.133/22\)](#).

a) Folder, prospecto ou documento com foto ilustrativa, descritivo das funções e/ou especificação técnica do produto cotado, **a ser entregue anexado à proposta**;

b) Apresentação de no mínimo 01 (um) **atestado de qualificação técnica** mediante apresentação de, pelo menos, um **atestado de capacidade técnica**, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove aptidão da licitante no fornecimento do objeto solicitado, acompanhado de cópias do contrato administrativo ou Nota Fiscal, afim de que se averigue a veracidade do atestado, e devidamente registrado em órgão competente. Não serão considerados atestados de capacidade técnica emitidos por pessoas jurídicas integrantes do mesmo grupo empresarial ou de qualquer outra natureza;

c) Para os itens que, conforme indicado no Termo de Referência, exijam comprovação de conformidade técnica, deverá ser apresentada **certificação emitida por órgão competente ou por laboratório acreditado**, preferencialmente com base em normas da ABNT (NBR) ou do INMETRO, quando aplicável ao tipo de produto ofertado

13.4.5. ATENDIMENTO AO ART. 7º, INC. XXXIII DA CONSTITUIÇÃO

I - Declaração de que a empresa não emprega menor de 18 (dezoito) anos para a realização de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres, bem como não utiliza, para qualquer trabalho, mão-de-obra de menores de 16 (dezesseis) anos, exceto na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, [artigo 7º, XXXIII, da Constituição - Anexo III – Declaração Conjunta](#).



Estado do Rio Grande do Sul
**PREFEITURA MUNICIPAL DE
ENTRE-IJUIS**

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89 971.782/0001-10

Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani

E-mail: licitacao@pmei.rs.gov.br – Fone: (55) 2120-2779

<http://www.entreijuis.rs.gov.br>



13.5.DA HABILITAÇÃO DAS MEs / EPPs

13.5.1. As empresas qualificadas como ME / EPP, na forma da [Lei Complementar nº 123/2006](#), deverão apresentar todos os documentos de habilitação, referentes à habilitação jurídica, fiscal e trabalhista, econômico-financeira e técnica, sob pena de inabilitação.

13.5.2. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP) seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

13.5.2.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

13.5.3. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal ou trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. [Art 43 da Lei Complementar nº 123/2006](#)

13.5.3.1. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da Administração, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

13.5.4. A não regularização no prazo previsto implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultado ao Município de Entre-Ijuís/RS, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação para prosseguimento do certame.

13.5.5. Declaração de enquadramento como ME/EPP, **Anexo VI**;

13.5.6. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos no [Art 1º da Lei Complementar n. 123, de 2006](#), estará dispensado:

(a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal; e

(b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

13.7.ORIENTAÇÕES GERAIS SOBRE A HABILITAÇÃO

13.7.1. Os documentos exigidos para a habilitação, conforme regulado neste Edital, deverão ser enviados em até 2 (duas) horas, exclusivamente por meio de campo próprio no Sistema.

13.7.2. Os documentos de habilitação serão remetidos em original, por qualquer processo de cópia reprográfica, autenticada por tabelião de notas ou por servidor/funcionário do Município de Entre-Ijuís/RS, desde que conferidos com o original, ou publicação em órgão da imprensa oficial, para análise, no prazo de no máximo de 5 (cinco) dias úteis, juntamente com a proposta de preços em envelope fechado e identificado com dados da empresa e do pregão eletrônico, na forma do item deste Edital.

13.7.3. Os documentos apresentados para habilitação deverão estar todos em nome e CNPJ da matriz ou todos em nome e CNPJ da filial, exceto aqueles que comprovadamente só possam ser fornecidos à matriz e referir-se ao local do domicílio ou sede do interessado.

13.7.4. As certidões que não apresentarem em seu teor, data de validade previamente estabelecida pelo órgão expedidor, deverão ter sido expedidas até 90 (noventa) dias antes da data da sessão pública deste Pregão, exceto a Certidão Negativa de Falência, Concordata, Recuperação Judicial e Extrajudicial que deverá estar datada dos últimos 30 (trinta) dias



Estado do Rio Grande do Sul
**PREFEITURA MUNICIPAL DE
ENTRE-IJUIS**

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89 971.782/0001-10

Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani

E-mail: licitacao@pmei.rs.gov.br – Fone: (55) 2120-2779

<http://www.entreijuis.rs.gov.br>



13.7.5. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos enviados via correio eletrônico, a Pregoeira suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

13.7.6. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital ou deixar de enviar a documentação de habilitação por meio de campo próprio do Sistema quando solicitado pelo pregoeiro, ficando sujeito às penalidades previstas neste Edital.

13.7.7. No julgamento da habilitação e das propostas, a Pregoeira poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

13.7.8. No caso de inabilitação, haverá nova verificação da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos [artigos 44 e 45 da LC nº 123/2006](#), seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

13.7.9. Se a proposta não for aceitável, ou se a licitante não atender às exigências de habilitação, o Pregoeiro, examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este edital.

13.7.10. Constatado o atendimento pleno às exigências

14.DA FORMAÇÃO DO CADASTRO RESERVA

14.1. Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.

14.2. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.

14.3. Havendo um ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva.

14.4. Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada acaso o melhor colocado no certame não assine a ata ou tenha seu registro cancelado nas hipóteses previstas nos no [artigo 18 §3º inciso I do Decreto nº 11.462/2023](#).

15.DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

15.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recurso no **prazo de 15 (quinze) minutos**.

15.1.1. A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará na decadência desse direito, ficando a pregoeira autorizada a adjudicar o objeto à licitante declarada vencedora.

15.1.2. Diante da manifestação da intenção de recurso a Pregoeira não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

15.1.3. Os interessados que porventura queiram ter vista do processo licitatório poderão comparecer ao Setor de Licitações do Município, situado à Rua Francisco Richter, 601, CEP:98.855-000, fone: (55)



Estado do Rio Grande do Sul
**PREFEITURA MUNICIPAL DE
ENTRE-IJUIS**

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89 971.782/0001-10

Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani

E-mail: licitacao@pmei.rs.gov.br – Fone: (55) 2120-2779

<http://www.entreijuis.rs.gov.br>



2120-2779, e-mail: licitacao@pmei.rs.gov.br, de segunda à sexta-feira, das 08h às 11h30min, e, das 13h30min às 17h.

15.2. Recebida a intenção de interpor recurso pela Pregoeira, a licitante deverá apresentar as razões do recurso no prazo de 03 (três) dias úteis, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas para, querendo, apresentar contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo da recorrente.

15.2.1. As razões e contrarrazões serão recebidas por meio de campo próprio no Sistema, e/ou diretamente a Pregoeira, no Setor de Licitações, situado à Rua Francisco Richter, 601, CEP: 98.855-000, fone: (55) 2120-2779, e-mail: licitacao@pmei.rs.gov.br, de segunda à sexta-feira, das 08h às 11h30min, e, das 13h30min às 17h, aos cuidados da Pregoeira do **Pregão Eletrônico (SRP) nº 026/2025**.

15.3. Caberá a Pregoeira receber, examinar e instruir os recursos interpostos contra seus atos, podendo reconsiderar suas decisões no prazo de 5 (cinco) dias úteis após o recebimento das razões e contrarrazões ou, neste mesmo prazo, fazê-lo subir devidamente informado ao Departamento Jurídico, para a decisão final no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

15.4. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

15.5. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital, item 22.12.

15.6. Não serão conhecidos os recursos apresentados fora dos prazos, subscritos por representantes não habilitados legalmente ou não identificados no processo para responder pelo licitante.

16.DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO:

16.1. O objeto deste pregão será adjudicado ao vencedor por ato da Autoridade Superior, salvo quando houver recurso, hipótese em que a adjudicação caberá, após a regular decisão dos recursos interpostos, ao Departamento Jurídico.

16.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior homologará o procedimento licitatório, *Art 71, inciso IV da Lei 14.133/21*.

17.DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

17.1. Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no item 20.1 deste Edital.

17.2. O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, desde que solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso e devidamente aceito pela Administração.

17.3. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

17.4.Do cadastro reserva

17.4.1. Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado, respeitada a ordem de classificação.



Estado do Rio Grande do Sul
**PREFEITURA MUNICIPAL DE
ENTRE-IJUÍ**

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89.971.782/0001-10
Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani
E-mail: licitacao@pmei.rs.gov.br – Fone: (55) 2120-2779
<http://www.entreijuis.rs.gov.br>



17.4.2. Havendo um ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva.

17.4.3. Será incluído na ata, sob a forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame.

17.4.4. Confirmada a participação no cadastro reserva, as cadastradas enviarão a proposta ajustada ao valor do vencedor e os documentos de habilitação, quando forem convocadas para fornecer o objeto registrado.

17.4.5. A convocação dos componentes do cadastro reserva ocorrerá, respeitada a ordem de classificação, quando o beneficiário da Ata de Registro de Preços tiver seu registro cancelado.

17.5. Da adesão à ata de registro de preços

17.5.1. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, na forma do [Decreto Municipal nº 02/2024 de 03 de janeiro de 2024](#), que regulamenta o Registro de Preços no âmbito Municipal, mediante prévia consulta ao(a) Município de Entre-Ijuís, desde que devidamente comprovada a vantagem.

17.5.2. Caberá ao beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não da execução do serviço, desde que não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

17.5.3. A adesão a esta Ata de Registro de Preços não poderá exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) do total registrado, conforme previsto no [Decreto Municipal nº 02/2024 de 03 de janeiro de 2024](#).

17.5.4. O quantitativo total decorrente das adesões à Ata de Registro de Preços não poderá exceder a 50% do total registrado, conforme previsto no [Decreto Municipal nº 02/2024 de 03 de janeiro de 2024](#).

17.6. Dos acréscimos quantitativos da Ata de Registro de Preços

17.6.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela Ata de Registro de Preços, inclusive o acréscimo de que trata os [art. 82 a 86 da Lei nº 14.133/21](#).

17.6.2. Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços poderão ser alterados, observado o disposto nos [art. 82 a 86 da Lei nº 14.133/21](#).

17.7. Dos contratos oriundos da Ata de Registro de Preços

17.7.1. Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços deverão ser assinados no prazo de validade da ata de registro de preços.

18. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE:

18.1. Após a homologação da licitação, a licitante vencedora será convocada para assinar o termo de contrato ou retirar a Nota de Empenho.

18.2. O prazo de vigência e as condições de reequilíbrio e/ou revisão de preços, observarão as cláusulas contratuais ou as disposições constantes de instrumento equivalente.



Estado do Rio Grande do Sul
**PREFEITURA MUNICIPAL DE
ENTRE-IJUÍS**

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89 971.782/0001-10
Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani
E-mail: licitacao@pmei.rs.gov.br – Fone: (55) 2120-2779
<http://www.entreijuis.rs.gov.br>



18.3. O prazo máximo para assinatura e entrega do termo de contrato é de 20 (vinte) dias úteis, contados da data do envio do e-mail, [art. 94 da Lei 14.133/21](#).

18.4. O prazo para assinatura do termo de contrato acima estabelecido poderá ser prorrogado uma única vez por igual período, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo Município de Entre-Ijuís/RS.

18.5. Alternativamente à convocação para a assinatura do termo de contrato, o Município de Entre-Ijuís/RS, poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

18.6. A recusa injustificada do licitante vencedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, importará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das penalidades estabelecidas neste edital.

18.7. Por ocasião da assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas neste Edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

18.8. O Termo de contrato **Anexo V** deste Edital, ou instrumento equivalente, estabelecerá as hipóteses, prazo e condições de prestação das garantias.

18.9. O presente Edital fará parte integrante do contrato, bem como seus anexos e a proposta apresentada pela licitante vencedora.

18.10. Será designado um Fiscal Gestor do Contrato, que desempenhará as atribuições previstas no Termo de Referência **Anexo I**, deste Edital.

18.11. É vedada a subcontratação, cessão ou transferência total ou parcial do objeto deste Pregão.

18.12. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste edital.

18.13. Responsabilizar-se por quaisquer danos pessoais e/ou materiais, causados por técnicos (empregados) e acidentes causados por terceiros, bem como pelo pagamento de salários, encargos sociais e trabalhistas, tributos e demais despesas eventuais, diretas ou indiretas, decorrentes da prestação dos serviços.

18.14. Responsabilizar-se pelas eventuais despesas para execução do equipamento solicitado, qualquer que seja o valor, e cumprir todas as obrigações constantes do(s) Anexo(s) deste edital.

18.15. Comprovar, quando solicitado, o efetivo recolhimento dos encargos sociais incidentes sobre a aquisição do objeto deste edital.

18.16. Constitui obrigação da contratada o cumprimento integral das obrigações e exigências constantes no Termo de Referência e no Contrato, **Anexos I e V** ao presente edital.

19.DA FISCALIZAÇÃO:

19.1. A execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Fiscal e Gestor do Contrato, especialmente designados pelo Município de Entre-Ijuís, que anotará em registro próprio todas as ocorrências, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos observados, de acordo com o Termo de Referência **Anexo I** deste Edital.

19.2. As regras de fiscalização, recebimento, atesto e pagamento estão definidas na minuta contratual, **Anexo V** deste Edital, ou no instrumento equivalente.



Estado do Rio Grande do Sul
**PREFEITURA MUNICIPAL DE
ENTRE-IJUÍS**

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89 971.782/0001-10
Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani
E-mail: licitacao@pmei.rs.gov.br – Fone: (55) 2120-2779
<http://www.entreijuis.rs.gov.br>



20.DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

20.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

20.2. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pela Pregoeira durante o certame;

20.3. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

20.3.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

20.3.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

20.3.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

20.3.4. deixar de apresentar amostra; ou

20.3.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

20.3.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

20.3.7. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

20.3.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

20.3.9. fraudar a licitação

20.3.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

a) induzir deliberadamente a erro no julgamento;

b) apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

c) ratificar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

d) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

20.4. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

20.4.1. advertência;

20.4.2. multa;

20.4.3. impedimento de licitar e contratar; e

20.4.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

20.5. Na aplicação das sanções serão considerados:

20.5.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

20.5.2. as peculiaridades do caso concreto.

20.5.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;



Estado do Rio Grande do Sul
**PREFEITURA MUNICIPAL DE
ENTRE-IJUÍS**

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89 971.782/0001-10
Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani
E-mail: licitacao@pmei.rs.gov.br – Fone: (55) 2120-2779
<http://www.entreijuis.rs.gov.br>



20.5.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

20.5.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

20.5.6. Na aplicação das multas:

1. Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
2. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 13.1, de 10% do valor do Contrato.
3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 13.1, de 10% do valor do Contrato.
4. Para infração descrita no subitem 13.1, a multa será de 0,5 % a 30 % do valor do Contrato.
5. Para infrações descritas no subitem 13.2, a multa será de 0,5 % a 30 % do valor do Contrato.
6. Para a infração descrita no subitem 13.3, a multa será de 0,5 % a 30 % do valor do Contrato.

20.6. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

20.8. A multa poderá ser descontada de pagamento eventualmente devido pela contratante decorrente de outros contratos firmados com o Município de Entre-Ijuís.

20.9. Além da multa por infração administrativa (multa compensatória) prevista no *inciso II, do art. 156 da Lei nº 14.133/21*, poderá ser aplicada a multa de mora por atraso injustificado prevista no *art. 162 da Lei 14.133/21*.

20.9.1. a aplicação de multa moratória não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na *Lei Federal nº 14.133, de 2021*.

20.10. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

20.11. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

20.12. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 20.2, 2.3, 20.3.6. e 20.3.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

20.13. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 20.3.8, 20.3.9, 20.3.10. alínea d bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 2.2., 20.3 e 20.3.6 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no *art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021*.

20.14. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do *art. 45, §4º da IN SEGES/ME nº 73, de 2022*.



Estado do Rio Grande do Sul
**PREFEITURA MUNICIPAL DE
ENTRE-IJUÍ**

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89 971.782/0001-10

Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani

E-mail: licitacao@pmei.rs.gov.br – Fone: (55) 2120-2779

<http://www.entreijuis.rs.gov.br>



20.15. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

20.16. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

20.17. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

20.18. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

20.19. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

21.DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO:

21.1. Os licitantes devem observar e a contratada deve observar e fazer observar, por seus fornecedores, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

21.2. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

21.2.1.Prática corrupta: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

21.2.2.Prática fraudulenta: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

21.2.3.Prática colusiva: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

21.2.4.Prática coercitiva: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;

21.2.5.Prática obstrutiva:

a)destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste Edital;

b)atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.



Estado do Rio Grande do Sul
**PREFEITURA MUNICIPAL DE
ENTRE-IJUÍS**

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89 971.782/0001-10
Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani
E-mail: licitacao@pmei.rs.gov.br – Fone: (55) 2120-2779
<http://www.entreijuis.rs.gov.br>



21.3. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

21.4. Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

22.DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

22.1. O Município de Entre-Ijuís/RS, poderá revogar este Pregão por razões de interesse público decorrente de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, salvo quando for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado, desde que observados os princípios da ampla defesa e contraditório.

22.1.1. A anulação do pregão induz à do contrato.

22.1.2. A anulação da licitação por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar.

22.2. É facultado à autoridade superior, em qualquer fase deste Pregão, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.

22.3. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente do Município de Entre-Ijuís/RS.

22.4. O desatendimento às exigências formais, não essenciais, não importará na inabilitação da licitante e/ou desclassificação de sua proposta, desde que seja possível a aferição de sua habilitação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública do pregão.

22.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

22.6. A critério da pregoeira, o prazo para o envio da proposta de preços e da documentação de habilitação poderá ser prorrogado pelo tempo que se julgar necessário.

22.7. A autoridade competente poderá, em qualquer fase do processo licitatório, desclassificar a proposta da licitante que for declarada inidônea, assegurada a ampla defesa.

22.8. O licitante é o responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

22.8.1. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do documento equivalente, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.



Estado do Rio Grande do Sul
**PREFEITURA MUNICIPAL DE
ENTRE-IJUÍS**

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89 971.782/0001-10
Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani
E-mail: licitacao@pmei.rs.gov.br – Fone: (55) 2120-2779
<http://www.entreijuis.rs.gov.br>



22.9. O foro da cidade de Santo Ângelo/RS, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, será o designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes da presente licitação e da aplicação do presente Edital.

22.10. Os casos omissos e demais dúvidas suscitadas serão dirimidas pela Pregoeira, no endereço eletrônico mencionado neste Edital, ou através do fone (55) 2120-2779.

22.11. Este pregão poderá ter a data de abertura da sessão pública transferida por conveniência do Município de Entre-Ijuís/RS, sem prejuízo do disposto no [§1º do art.55, da Lei nº 14.133/21](#).

22.12. O Edital e seus anexos estão disponibilizados, na íntegra, no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, no *Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)* e também na página <https://www.entreijuis.rs.gov.br/licitacao>

22.13. O inteiro teor do processo está disponível para vista aos interessados, no Município de Entre-Ijuís, sito a Rua Francisco Richter, 601, Centro, de Entre-Ijuís/RS, CEP 98.855-000, fone: (55) 2120-2779, e-mail: licitacao@pmei.rs.gov.br

23. ANEXOS:

23.1. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA;

APÊNDICE DO ANEXO I – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR;

ANEXO II – PROPOSTA DE PREÇOS;

ANEXO III - DECLARAÇÃO CONJUNTA;

ANEXO IV – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

ANEXO V – MINUTA DO CONTRATO;

ANEXO VI - DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO ME/EPP;

ANEXO VII - VALOR DE REFERÊNCIA;

Entre-Ijuís, 01 de outubro de 2025.

Michele Adalgiza Ramos
Agente Público



Estado do Rio Grande do Sul
**PREFEITURA MUNICIPAL DE
ENTRE-IJUÍS**

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89 971.782/0001-10
Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani
E-mail: licitacao@pmei.rs.gov.br – Fone: (55) 2120-2779
<http://www.entreijuis.rs.gov.br>



ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1 – OBJETO (Art. 6º, XXIII, alínea “a” da Lei nº 14.133/2021)

O presente Termo de Referência tem por objeto a **aquisição de materiais de copa e cozinha, higiene e limpeza**, com o objetivo de atender às necessidades das diversas secretarias e Câmara Municipal de Vereadores do Município de Entre-Ijuís/RS

2 - INFORMAÇÕES RESUMIDAS

Secretaria Requisitante	Secretarias Municipais e CMV
Objeto (resumido)	Aquisição de Material de Copa e Cozinha, Higiene e Limpeza
Prazo para entrega	10 dias após envio do empenho
Valor total estimado	R\$ 875.646,19

3 – ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (Art. 6º, XXIII, alínea “i” da Lei nº 14.133/2021)

A estimativa de valor para a presente contratação foi elaborada com base em pesquisa de preços realizada junto a fornecedores, além de consultas a plataformas de compras públicas, cotações obtidas em estabelecimentos locais e regionais, e contratações similares realizadas por outros entes públicos.

Os parâmetros de estimativa de custos seguiram as diretrizes dos normativos do Poder Executivo e do Tribunal de Contas da União (TCU), por meio da obtenção de cotações das mais diferentes fontes de forma a refletir os preços praticados no mercado, conforme planilha estimativa anexa a este documento, acompanhadas dos preços unitários referenciais e o tratamento estatístico; sendo que juntados aos autos constam os documentos que lhe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços.

O quadro a seguir apresenta a estimativa de custo da contratação:

ITEM	PRODUTOS	QUANT	UNID	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	Acendedor automático para fogão à gás , medidas mínimas 22 x 2,5 x 1,5 cm. Ideal para acender fogões caseiros e industriais. Material: plástico e metal	38	UNID	22,43	852,34
2	Assadeira alta retangular grande , em alumínio polido, medidas de 44x29cm	50	UNID	46,70	2.335,00
3	Bacia em aço inox funda , medidas mínimas 28cm altura com capacidade mínima 2,5litros	31	UNID	22,72	704,32
4	Bacia em aço inox funda , medidas mínimas 40cm altura com capacidade mínima 10l	29	UNID	48,48	1.405,92
5	Bandeja de isopor rasa na cor branca 21cmX14cmX1,8cm - fardo com 100 unidades	5	UNID	28,23	141,15
6	Bandeja em aço inoxidável , dimensão mínima 51X35X2 cm, capacidade mínima 12,5 litros.	28	UNID	94,92	2.657,76
7	Bobina picotada saco plástico para alimentos , reforçado embalagem 30x38cm de 5 lt com 500 unidades.	260	UNID	24,41	6.346,60
8	Caixa organizadora plástica extraforte , retangular, tampa com trava reforçada, de 20 litros, material de boa qualidade e resistente.	66	UNID	26,20	1.729,20
9	Caixa organizadora plástica extraforte , retangular, tampa com trava reforçada, de 50 litros, material de boa qualidade e resistente.	77	UNID	56,26	4.332,02



Estado do Rio Grande do Sul
**PREFEITURA MUNICIPAL DE
ENTRE-IJUÍS**

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89 971.782/0001-10

Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani

E-mail: licitacao@pmei.rs.gov.br – Fone: (55) 2120-2779

<http://www.entreijuis.rs.gov.br>



10	Caneca Xicara Pequena Aço Inox , dimensões compactas (9,5 x 7 x 7 cm), capacidade 250 ML, com alça resistente	240	UNID	16,53	3.967,20
11	Chaleira elétrica , inox, capacidade de 1,8 lts, com Controle de Temperatura, 220 v, Luz indicadora, Desligamento automático	15	UNID	191,40	2.871,00
12	Chaleira em Alumínio Nº 24 capacidade 7L, cabo de Baquelite antitêrmico, altura de 30 cm, diâmetro de 24cm	4	UNID	142,37	569,48
13	Colher de sopa toda em inox , bordas arredondadas, tipo Tramontina, tamanho mínimo 19,5cm de boa qualidade e durabilidade, ideal para uso nas escolas, kit com 12 peças	120	UNID	32,44	3.892,80
14	Colher grande para servir em inox , bordas levemente onduladas, bojo com profundidade, tipo Tramontina, medidas mínimas C x L x A: 44 x 65 x 345 milímetros de boa qualidade e durabilidade	17	UNID	24,79	421,43
15	Colher plástica descartável para refeição, 16,5cm de comprimento, plástico, transparente ou branca, embalagem c/ 50 unidades.	52	UNID	5,08	264,16
16	Concha em Aço inoxidável , estilo clássico 90º, Tamanho mínimo 40 cm de boa qualidade e durabilidade, tipo Tramontina.	8	UNID	36,13	289,04
17	Copo descartável plástico transparente, capacidade mínima 200ml, atóxico, em tiras com 100 copos.	140	TIRAS	6,35	889,00
18	Copo em aço inoxidável, 100% inox , com capacidade de 250ml, sem alça, na cor prata, ideal para uso nas escolas, resistente, borda fina	60	UNID	7,96	477,60
19	Copo térmico de isopor descartável 240 ml , cor branca – embalagem c/ 100 unidades	20	TIRAS	42,62	852,40
20	Copos de vidro de 310 ml, jogo com 6 unidades	10	JOGO	20,26	202,60
21	Escumadeira produzida em aço inox C/ Medidas: 50 x 12,5 cm. Para uso em cozinha industrial.	6	UNID	24,10	144,60
22	Espetinho de bambu com 25 cm – embalagem c/ 50 unidades	10	PCT	3,69	36,90
23	Faca profissional de carne em Aço inoxidável, tipo Tramontina , com cabo em polipropileno, tamanho mínimo 8".	10	UNID	58,01	580,10
24	Filme PVC esticável , mínimo 38cm x 300metros x 10micras, apropriado para geladeira, freezers e forno de microondas	250	UNID	37,77	9.442,50
25	Filtro de café nº 103, tipo Melitta, cx. c/ 30 unidades	32	UNID	5,52	176,64
26	Filtro de pano para café , reutilizável, confeccionado em tecido 100% algodão (tipo flanela ou morim), com costura reforçada e suporte em aro metálico ou haste plástica resistente. Medidas aproximadas: 10 a 12 cm de diâmetro. Lavável, atóxico, próprio para uso com alimentos. Embalado individualmente, com identificação do fabricante.	5	UNID	10,26	51,30
27	Fósforo para acender fogão à gás , extra longo,	15	CAIXA	5,52	82,80



Estado do Rio Grande do Sul
**PREFEITURA MUNICIPAL DE
ENTRE-IJUÍS**

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89 971.782/0001-10

Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani

E-mail: licitacao@pmei.rs.gov.br – Fone: (55) 2120-2779

<http://www.entreijuis.rs.gov.br>



	tamanho mínimo 9cm, caixa com 50 palitos. Composição: Fósforo, clorato de potássio e aglutinantes. Ideal para acender fogões caseiros e industriais.				
28	Garfo de sobremesa descartável , fabricado em plástico polipropileno (PP) ou poliestireno (PS), material atóxico e próprio para contato com alimentos. Cor: branca ou translúcida. Tamanho padrão sobremesa (aproximadamente 13 cm). Resistência compatível com uso em alimentos sólidos. Embalagem com 50 unidades, devidamente lacrada, contendo identificação do fabricante, lote e validade.	30	PCT	3,58	107,40
29	Garrafa Térmica, capacidade mínima 1,8 Litros , com ampola em aço inox inquebrável, tampa em polipropileno (PP), para líquidos quentes e frios, moderno sistema a vácuo com maior preservação da temperatura, base giratória, com Alavanca Preto/Inox	20	UNID	123,94	2.478,80
30	Guardanapo de papel, medidas mínimas 22 x 20 , gofrado, folha simples, composição 100% celulose, resistente, papel branco e macio com alto poder de absorção, embalagem com 50 cada, com laudo microbiológico.	529	PCT	2,51	1.327,79
31	Embalagem para Hambúrguer –Galvanotek GA 12 Plástico, Pacote com 100 Unidades Embalagem plástica descartável para hambúrguer, fabricada em material atóxico e resistente. Formato adequado para acondicionar hambúrgueres de forma segura e higiênica. Embalagem com 100 unidades. Medidas externas: 153 mm (15,3 cm) x 149 mm (14,9 cm) x 86 mm (8,6 cm). Medidas internas: 112 mm (11,2 cm) x 112 mm (11,2 cm) x 75 mm (7,5 cm).	600	UNID	95,16	57.096,00
32	Jarra de plástico reforçado, com capacidade para 4 litros , fabricada em material resistente (polipropileno ou similar), atóxico, livre de BPA, própria para uso com alimentos e bebidas. Acompanha tampa ajustável, com boa vedação.	6	UNID	26,51	159,06
33	Jarra de vidro, com capacidade para 2 litros , confeccionada em vidro transparente de alta resistência, própria para uso com alimentos e bebidas. Acompanha tampa com vedação eficiente, podendo ser de plástico, inox ou silicone.	6	UNID	51,68	310,08
34	Jarra plástica com tampa, capacidade para 3 litros , fabricada em plástico resistente (polipropileno ou similar), base transparente, atóxica, livre de BPA, própria para uso com alimentos e bebidas. Acompanha tampa ajustável com boa vedação.	5	UNID	18,92	94,60
35	Palito de Picolé em Madeira Ponta Arredondada, 11 x 1,1 x 0,3 cm Embalagem com 100 Unidades Palito de picolé fabricado em madeira de	10	PCT	5,88	58,80



Estado do Rio Grande do Sul
**PREFEITURA MUNICIPAL DE
 ENTRE-IJUIS**

Rua Francisco Richter, 601
 CNPJ: 89 971.782/0001-10

Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani

E-mail: licitacao@pmei.rs.gov.br – Fone: (55) 2120-2779

<http://www.entreijuis.rs.gov.br>



	reflorestamento, com acabamento liso e bordas arredondadas nas extremidades para maior segurança no manuseio. Medidas aproximadas: 11 cm de comprimento, 1,1 cm de largura e 0,3 cm de espessura. Produto atóxico, resistente e ideal para uso em atividades escolares, artesanato, culinária, entre outros. Embalagem com 100 (cem) unidades, devidamente acondicionadas e protegidas contra umidade e contaminações. Produto novo, de primeira linha e em conformidade com as normas sanitárias aplicáveis.				
36	Panela Caçarola de Alumínio Nº 36 – Capacidade 16 Litros , com Alças e Tampa. Panela caçarola fabricada em alumínio de alta resistência, modelo nº 36, com capacidade nominal de 16 litros. Possui acabamento externo e interno lixado ou polido, facilitando a higienização. Acompanha tampa do mesmo material, com encaixe preciso, e alças laterais reforçadas em alumínio, rebitas para maior segurança no manuseio. Indicada para uso em cozinhas industriais, escolares, hospitalares e institucionais. Produto durável, leve, resistente à corrosão e compatível com normas de segurança e qualidade vigentes.	4	UNID	183,11	732,44
37	Panela Caçarola de Alumínio Nº 38 – 20 Litros , com Alças e Tampa. Panela em alumínio reforçado, capacidade de 20 litros, com alças laterais rebitas e tampa do mesmo material. Acabamento polido ou lixado, resistente, leve e de fácil higienização. Ideal para uso institucional e cozinhas industriais.	4	UNID	175,47	701,88
38	Panela Caçarola de Alumínio Polido Nº 38 – Capacidade Mínima 20 Litros , com Tampa e Pegadores Laterais. Panela caçarola confeccionada em alumínio polido, com capacidade mínima de 20 litros. Acompanha tampa em alumínio e pegadores laterais fixados para maior segurança e facilidade no manuseio. Produto resistente, leve e indicado para uso em cozinhas escolares, industriais e institucionais.	12	UNID	203,07	2.436,84
39	Panela de pressão de 10 l , com fechamento externo, revestimento antiaderente e com Tampa Polida, duas válvulas adicionais para saída de pressão, trabalha sob pressão de 80 Kpa, Certificada pelo INMETRO, garantia de fábrica de 2 anos.	2	UNID	232,80	465,60
40	Panela de pressão de 15L , com fechamento externo, revestimento antiaderente e com Tampa Polida, duas válvulas adicionais para saída de pressão, trabalha sob pressão de 80 Kpa, Certificada pelo INMETRO, garantia de fábrica de 2 anos.	4	UNID	453,89	1.815,56
41	Pegador em Aço Inoxidável – Dimensões Mínimas 28 x 4,8 x 4,8 cm	17	UNID	13,59	231,03



Estado do Rio Grande do Sul
**PREFEITURA MUNICIPAL DE
ENTRE-IJUÍS**

Rua Francisco Richter, 601

CNPJ: 89 971.782/0001-10

Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani

E-mail: licitacao@pmei.rs.gov.br – Fone: (55) 2120-2779

<http://www.entreijuis.rs.gov.br>



	Pegador confeccionado em aço inoxidável de boa qualidade e alta durabilidade, resistente à corrosão, próprio para uso alimentar. Dimensões mínimas: 28 cm de comprimento, 4,8 cm de largura e 4,8 cm de altura. Ideal para uso em cozinhas industriais, escolares e serviços de alimentação. Produto higiênico, fácil de limpar e resistente ao calor.				
42	Peneira Fina em Aço Inoxidável – Diâmetro Mínimo de 24 cm, com Suporte. Peneira fina confeccionada em aço inoxidável de alta qualidade, resistente à corrosão, ideal para uso alimentar. Possui malha fina para melhor filtragem e suporte de apoio para acomodação em recipientes. Diâmetro mínimo de 24 cm. Produto durável, higiênico e de fácil limpeza, indicado para uso em cozinhas industriais, escolares e institucionais.	10	UNID	19,64	196,40
43	Pote de plástico com tampa , polipropileno, parede espessa e alta resistência, com fechamento hermético,Vai ao Freezer: -20°C - e Micro-ondas: +110° C, mínimo 5 litros, quadrado ou retangular	70	UNID	21,61	1.512,70
44	Pote de vidro com tampa , redondo ou retangular com tampa de polipropileno, com boa vedação hermética em silicone, para freezer e micro-ondas, mínimo 1,5 lt	70	UNID	30,77	2.153,90
45	Potes Plásticos Herméticos,Tampa Fácil, 500 ml, embalagem c/ 3 unidades , cor:Sortidos. Plástico resistente ao Freezer: -20°C - e Micro-ondas: +110° C s	110	UNID	16,55	1.820,50
46	Prato plástico descartável raso 15 cm branco - pct c/ 10unidades	36	PCT	2,09	75,24
47	Pratos de plástico descartáveis de sobremesa, de 15cm, embalagem c/ 100 unidades	109	PCT	23,05	2.512,45
48	Pratos de vidro temperado resistente , fundo, modelo redondo, que pode ser colocado no freezer ou no microondas, medidas mínimas: 30L x 25W x 30Th centímetros, ideal para uso nas escolas	170	UNID	6,43	1.093,10
49	Pratos em aço inox, para sobremesa , com colherinha, tipo Tramontina, medidas mínimas:1,2cm/ Diâmetro: 15,3cm, ideal para uso nas escolas, jogo com 12 pcs	60	JOGO	177,46	10.647,60
50	Refratário de vidro grande para servir , vidro temperado, retangular, tamanho mínimo de 5 litros, assadeira funda tipo marinex c/Tampa.	65	UNID	53,89	3.502,85
51	Rolo de Papel Alumínio – 30 cm x 7,5 m Rolo de papel alumínio atóxico, adequado para uso culinário e contato com alimentos, com largura de 30 cm e comprimento de 7,5 metros. Deve apresentar boa resistência, maleabilidade e vir acondicionado em embalagem individual com serrilha para corte. Validade mínima de 12 meses.	130	UNID	5,59	726,70
52	Tábua de Corte em Polietileno – 50 x 30 cm Tábua	14	UNID	72,12	1.009,68



Estado do Rio Grande do Sul
**PREFEITURA MUNICIPAL DE
ENTRE-IJUÍS**

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89 971.782/0001-10

Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani

E-mail: licitacao@pmei.rs.gov.br – Fone: (55) 2120-2779

<http://www.entreijuis.rs.gov.br>



GESTÃO COM COMPROMISSO,
ENTRE-IJUÍS COM FUTURO.
ADMINISTRAÇÃO
2025/2028

	retangular para corte de alimentos, fabricada em polietileno atóxico, com alça para manuseio. Dimensões mínimas: 50 x 30 cm, espessura mínima de 3 mm. Resistente, lavável, reutilizável e adequada para uso alimentar. Cor Branca				
53	Jogo de Talheres em Aço Inox – 30 Peças (Tipo Tramontina) Jogo com 30 peças em aço inoxidável, alto padrão de qualidade, adequado para uso doméstico ou institucional. Talheres com acabamento polido, resistentes à corrosão, duráveis e de fácil higienização. O conjunto deve conter garfos, facas e colheres em quantidade proporcional.	12	JOGO	105,38	1.264,56
54	Tigela Redonda (Cumbuca) em Aço Inox – 500 ml Tigela redonda tipo cumbuca, confeccionada em aço 100% inoxidável, com capacidade de 500 ml. Produto resistente, higiênico, atóxico e de fácil limpeza, ideal para uso em escolas, refeitórios e ambientes institucionais.	125	UNID	10,11	1.263,75
55	Álcool Gel Antisséptico 70% INPM – 5 Litros Álcool etílico em gel a 70% INPM, com ação antisséptica, eficaz na eliminação de 99,99% de bactérias, vírus e germes. Enriquecido com extrato de Aloe Vera, que hidrata a pele e reduz o ressecamento. Embalagem com 5 litros. Produto atóxico, dermatologicamente testado e devidamente registrado na Anvisa.	51	UNID	37,68	1.921,68
56	Álcool Etilico Hidratado 70° INPM, líquido. Embalagem contendo 1 litro , devidamente lacrada, resistente, atóxica e com rótulo impresso contendo data de fabricação, prazo de validade, número de lote e registro no órgão competente (quando aplicável). Produto destinado à higienização e desinfecção de superfícies e ambientes. Validade mínima de 12 meses a partir da data de entrega.	552	UNID	9,67	5.337,84
57	Álcool Etilico Hidratado 70° INPM, líquido: 5 litros , Produto com ação bactericida, fungicida, virucida e antisséptica, indicado para higienização de superfícies e antisepsia em geral. Apresenta alta versatilidade de uso em ambientes institucionais, hospitalares, comerciais ou domiciliares. Embalagem contendo 5 litros, resistente, lacrada, com rótulo impresso informando data de fabricação, prazo de validade, número do lote e nome do fabricante. Validade mínima de 12 meses a partir da data de entrega.	195	UNID	38,95	7.595,25
58	Alvejante à base de Hipoclorito de Sódio (1 Litro) Cloro Ativo 2,5%: Produto com comprovado poder bactericida, indicado para a desinfecção e higienização de superfícies, ambientes e utensílios, promovendo a eliminação eficaz de germes, bactérias e microrganismos. Embalagem contendo 1	370	UNID	4,76	1.761,20



Estado do Rio Grande do Sul
**PREFEITURA MUNICIPAL DE
ENTRE-IJUIS**

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89 971.782/0001-10

Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani

E-mail: licitacao@pmei.rs.gov.br – Fone: (55) 2120-2779

<http://www.entreijuis.rs.gov.br>



	litro, devidamente lacrada, com rótulo contendo informações obrigatórias: concentração do cloro ativo, data de fabricação, prazo de validade, número do lote, e nome do fabricante. Produto deve apresentar validade mínima de 12 meses a partir da data de entrega.				
59	Alvejante em Gel com Cloro Ativo – 5Litros Detergente alcalino clorado para limpeza pesada, com ação desinfetante e bactericida. Composição: hipoclorito de sódio, tensoativo aniônico, estabilizantes. Embalagem de 5 litros, com rótulo contendo data de fabricação, validade e lote. Validade mínima de 12 meses.	119	UNID	42,20	5.021,80
60	Alvejante/água sanitária com cloro ativo: (5 Litros) multi uso, composição de hipoclorito de sódio e água, teor de cloro ativo de 2,0% a 2,5%, ação bactericida, para desinfecção de banheiro, cozinhas, pisos, azulejos e paredes, remoção de manchas, embalagem 05 litro. Composição: Hipoclorito de sódio 2% à 2,5% p/p de cloro ativo, hidróxido de sódio, carbonato de cálcio e água. Princípio ativo: Hipoclorito de sódio, de boa qualidade.	238	UNID	14,73	3.505,74
61	Amaciante de roupas: (5 litros) c/ hidraceramidas, diluída na água, com cápsulas de perfume com fórmula que protege as fibras, aromas diversos, embalagem 05 litros, data de fabricação e validade. Composição: tensoativo catiônico, conservantes, corante, opacificante, fragrância neutra. Componente ativo: cloreto de dialquil dimetil amônio de boa qualidade.	70	UNID	14,69	1.028,30
62	Aromatizante, pedra sanitaria perfumada, 25 gr , para limpeza de vaso sanitário, perfumado, com agentes de limpeza e espuma	172	UNID	3,26	560,72
63	Balde tamanho grande: (20 litros) plástico reforçado extra forte, alta qualidade, com alça de ferro , em forma de U, Medidas: interno 31cm x altura 34 cm, capacidade de 20lts.	46	UNID	19,30	887,80
64	Borrifador Pulverizador com Gatilho Manual: Capacidade de 500 ml , fabricado em material resistente, corpo transparente, com sistema de spray por gatilho manual. Ideal para aplicação de líquidos em geral.	59	UNID	7,47	440,73
65	Cera liquida amarela, 750 ml , fácil de aplicar, ideal para madeira e pisos frios,protege, da brilho e reaviva a cor do piso!	20	UNID	14,10	282,00
66	Cera liquida vermelha, 750 ml , fácil de aplicar, ideal para madeira e pisos frios,protege, da brilho e reaviva a cor do piso!	50	UNID	8,02	401,00
67	Desengordurante para limpeza pesada de gorduras , concentrado, limpador multiuso, para limpeza de fogão, azulejos, e todo o ambiente de	36	UNID	57,60	2.073,60



Estado do Rio Grande do Sul
**PREFEITURA MUNICIPAL DE
ENTRE-IJUÍS**

Rua Francisco Richter, 601

CNPJ: 89.971.782/0001-10

Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani

E-mail: licitacao@pmei.rs.gov.br – Fone: (55) 2120-2779

<http://www.entreijuis.rs.gov.br>



	cozinha residencial e cozinha industrial, de baixa alcalinidade, com tensoativo biodegradável, galão de 5 litros.				
68	Desengraxante para lavagem de veículos concentrado: alto poder desengraxante e desincrustante de graxas, óleos e gorduras em geral, lavagem de chassis, motores, para-choques, carrocerias, rodas, pneus e ambientes industriais, galão de 5 litros.	64	UNID	158,68	10.155,52
69	Desinfetante multiuso (5 litros): com máxima ação fungicida, bactericida e viricida, não corrosivo, limpeza pesada para desinfetar toda a casa: piso, paredes, móveis, bancadas, pias, vasos sanitários etc., aromas diversos: eucalipto, lavanda, floral, marine e limão, embalagem de 5 litros, Composição: Cloreto de dicil dimetil amônio, cloreto de alquil dimetil benzil amônio, coadjuvantes, 5-cloro-2 metil isotiazolin-3-ona, 2-metil-4 isotiazolin-3-ona, opacificante, fragrância e água. Componentes ativos: cloreto de didecil dimetil amônio/cloreto de alquil dimetil benzil amônio - 0,27% p/p. c/ data fabricação e validade.	192	UNID	16,34	3.137,28
70	Desintupidor granulado para vaso sanitário, ralos e pias, tipo diabo verde, 500gr, para remoção de obstruções em tubulações, proporcionando limpeza profunda	10	UNID	26,25	262,50
71	Desintupidor para Vaso sanitário, sugador para WC, reforçado. Emborrachado com cabo em Madeira, Resistente e durável. Leve, higiênica, prática e fácil de se usar, com alta pressão, comprimento 60cm	8	UNID	16,40	131,20
72	Desodorizador de ar, 400 ml, aromatizador e odorizador de ambiente, spray, várias fragrâncias	218	UNID	9,99	2.177,82
73	Detergente (sabão) em pó concentrado (lava roupas), (4kg) multição,sem perfume e hipoalérgico, biodegradável, com alta capacidade de remoção de manchas, com partículas de extra-limpeza, uso doméstico e industrial, embalagem 4kg, composição: TENSOATIVO ANIÔNICO, TAMPONANTES, COADJUVANTES, SINERGISTA, AQUIL BENZENO SULFONATO DE SÓDIO 11,3%. data fabricação e validade, de boa qualidade, tipo BRILHANTE.	345	UNID	40,49	13.969,05
74	Detergente a base de Metasil, (embalagem 50 litros) desincrustante ácido, desengraxante, alcalino, com tensoativo biodegradável, para limpeza pesada em geral, lavagem de veículos e motores, chassis, pneus, carrocerias de madeira, máquinas, pisos industriais, concentrado, de uso profissional,	65	UNID	58,82	3.823,30
75	Detergente de louça neutro ou clear (5 litros): biodegradável, com tensoativos biodegradáveis, alta	215	UNID	19,76	4.248,40



Estado do Rio Grande do Sul
**PREFEITURA MUNICIPAL DE
ENTRE-IJUÍS**

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89.971.782/0001-10

Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani

E-mail: licitacao@pmei.rs.gov.br – Fone: (55) 2120-2779

<http://www.entreijuis.rs.gov.br>



	concentração, com alto poder/ação de limpeza, e excelente ação desengordurante em geral, embalagem de 5 litros. Composição: LINEAR ALQUIL BENZENO SULFONATO DE SÓDIO, LINEAR ALQUIL BENZENO SULFONATO DE TRIETANOLAMINA, LAURIL ÉTER SULFATO DE SÓDIO, BRONOPOL, de boa qualidade, TIPO YPÊ				
76	Detergente de louça neutro ou clear (500ml): biodegradável, com tensoativos biodegradáveis, alta concentração, com alto poder/ação de limpeza, e excelente ação desengordurante em geral, embalagem de 500 ml. Composição: LINEAR ALQUIL BENZENO SULFONATO DE SÓDIO, LINEAR ALQUIL BENZENO SULFONATO DE TRIETANOLAMINA, LAURIL ÉTER SULFATO DE SÓDIO, BRONOPOL, de boa qualidade, TIPO YPÊ	450	UNID	2,29	1.030,50
77	Dispenser (suporte) para papel toalha: interfolhas 2 e 3 dobras, de plástico, cor branca, capacidade mínima 1000 fls, de fixação na parede, plástico reforçado ABS, cor branca, para uso em repartições públicas, com chave plástica e kit contendo buchas e parafusos para fixação na parede	36	UNID	29,02	1.044,72
78	Dispenser (suporte) para sabonete líquido: (saboneteira), em plástico reforçado ABS, cor branca, com visor central transparente, capacidade mínima 800ml, refil sachê, para uso em repartições públicas, com chave plástica e kit contendo buchas e parafusos para fixação na parede.	35	UNID	31,17	1.090,95
79	Dispenser para papel higiênico rolo de 300 mts, de Plástico Polipropileno tipo termoplástico, Composto Aditivado, Sistema de alavanca, com trava de segurança, medidas aproximadas: Altura: 33,5cm x Largura: 26cm x Comprimento: 23,5cm, capacidade: 1 rolo, que comporte bobina de 196 à 200mm de largura, chave de segurança em cruz.	25	UNID	31,24	781,00
80	Escova para vaso sanitário, com suporte: cabo em plástico resistente e reforçado de polipropileno, cerdas transparente, resistente e reforçada em formato circular, diâmetro da escova 23 cm, de boa qualidade.	58	UNID	13,23	767,34
81	Esponja p/ louça dupla face: tamanho mínimo 100mm X 70mm X 20mm, composição de espuma de poliuretano, fibra sintética com abrasivo, cor verde-amarela, para limpeza profissional leve e média de superfícies em geral, utensílios e equipamentos de cozinhas, remoção de sujeira e gorduras, embal. com 4 unidades.	1078	UNID	4,73	5.098,94
82	Impermeabilizante (polímero ativo metalizado) (5 Litros): protege e conserva pisos de grande circulação, com elevado poder antiderrapante. Linha institucional. Sua composição: ativo, agente	8	UNID	95,13	761,04



Estado do Rio Grande do Sul
**PREFEITURA MUNICIPAL DE
ENTRE-IJUIS**

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89 971.782/0001-10

Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani

E-mail: licitacao@pmei.rs.gov.br – Fone: (55) 2120-2779

<http://www.entreijuis.rs.gov.br>



	formador de filme, plastificante, agente nivelador, atenuador de espuma, tensoativo não iônico, coadjuvante, conservante e veículo. Princípio ativo: polímero acrílico. Galão 5 litros.				
83	LIXEIRA PLÁSTICA COM PEDAL 100 LITROS Capacidade de Carga: 100 litros; Confeccionada em polietileno ou polipropileno, com aditivo antioxidante /anti-UV (UV8); Pedal para abertura da tampa que impede o contato com o lixo, tornando sua utilização mais higiênica; Haste, que movimenta o pedal, acoplada na parte externa da lixeira, para impedir o acúmulo de resíduos e facilidade na sua limpeza; Dimensões aproximadas: Altura 92,5cm; Comprimento: 59,5cm; Largura: 42,5cm.	32	UNID	191,57	6.130,24
84	LIXEIRA PLÁSTICA COM PEDAL 50 LITROS Capacidade de Carga: 50 litros; Formato retangular; Confeccionada em polietileno ou polipropileno, com aditivo antioxidante/anti-UV (UV8); Pedal para abertura da tampa que impede o contato com o lixo, tornando sua utilização mais higiênica; Haste, que movimenta o pedal, acoplada na parte externa da lixeira, para impedir o acúmulo de resíduos e facilidade na sua limpeza; Dimensões aproximadas: Altura: 72cm; Largura: 33cm	67	UNID	103,67	6.945,89
85	Lixeira plástica: capacidade mínima 20 litros , com tampa e pedal, super resistente, composição de Resinas termoplásticas, haste rígida que melhora o desempenho na abertura, pedal resistente, reforçado e com acionamento preciso. (OBS: Não pode ser telada).	76	UNID	38,29	2.910,04
86	Lustra moveis, 500 ml , para limpeza, perfume, brilho e proteção dos movies, com diversos aromas.	56	UNID	21,79	1.220,24
87	Luva de látex descartável para procedimento não cirúrgico, tam médio, cx c/ 100 unidades , em borracha natural, superfície lisa, ambidestra, não estéril, com pó bio-absorvível, punho punho com acabamento enrolado reforçado,	3000	CAIXA	28,93	86.790,00
88	Luva de látex p/ limpeza: (tamanho grande) acabamento antiderrapante, impermeável, confortável, ideal para atividades de limpeza, forro de algodão flocado, resistente, virola na extremidade, de boa qualidade	154	UNID	11,93	1.837,22
89	Luva de látex p/ limpeza: (tamanho médio) acabamento antiderrapante, impermeável, confortável, ideal para atividades de limpeza, forro de algodão flocado, resistente, virola na extremidade, de boa qualidade.	155	UNID	10,19	1.579,45
90	Pá Grande com cabo de 70 cm para coleta de lixo , fabricada em material resistente, destinada à coleta de lixo	60	UNID	18,54	1.112,40
91	Palha/esponja de lã de aço, 60g: composição de	514	PCT	3,52	1.809,28



Estado do Rio Grande do Sul
**PREFEITURA MUNICIPAL DE
ENTRE-IJUÍS**

Rua Francisco Richter, 601

CNPJ: 89.971.782/0001-10

Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani

E-mail: licitacao@pmei.rs.gov.br – Fone: (55) 2120-2779

<http://www.entreijuis.rs.gov.br>



	aço carbono, pcte com 08 unidades, tipo bombril.				
92	Pano de Chão em Microfibra Grande: para limpeza , dimensões de 80C x 50L	134	UNID	11,70	1.567,80
93	Pano De Chão Xadrez Grande: Saco Duplo para limpeza geral, feito em sacaria, 100% algodão, multiuso, absorvente de excelente qualidade. Comprimento x Largura: 70 cm x 45 cm	78	UNID	4,52	352,56
94	Pano de prato , cozinha, atalhado felpudo, em 100% algodão, dimensões: 70cm de comprimento e 45cm de largura, gramatura é de 300 g/m ² com excelência absorção	136	UNID	6,12	832,32
95	Papel Higiênico 60m x 10cm: 1ª linha, folha dupla, de alta qualidade, branco luxo de alta qualidade, SUAVE, EXTRA MACIO, ABSORVENTE, gofrado, composto de celulose 100% virgem", com laudo microbiológico do produto de acordo com a portaria 1480 e ficha técnica junto a proposta, fardo c/ 24 rolos.	2200	PCT	30,55	67.210,00
96	Papel Higiênico em rolo de 10x300 mts , neutro, folha dupla, BRANCO LUXO, de boa qualidade, SUAVE MACIO, ABSORVENTE, gofrado, 100% CELULOSE . 4 rolos.	125	PCT	37,43	4.678,75
97	Papel toalha bobina celulose: 1ª linha ,branco luxo, gramatura mínima: 28g/m ² , gofrado, tamanho mínimo 6x20cmx200m, composto de "celulose 100% virgem". pacote com 6 unidades.	85	PCT	133,79	11.372,15
98	Papel toalha interfolhado ,100% fibras virgens, 100% biodegradável, extra luxo, gofrado, branco, alto padrão de qualidade, com alta performance de resistência úmida, com dobradura exclusiva, extremamente resistentes e absorventes, compactas, folhas intercaladas com duas dobras, gramatura mínima: 32 g/m ² , tam mínimo 22x20cm, embalagem c/ mínimo de 5000 folhas , para secar as mãos, com laudo microbiológico do produto de acordo com a portaria 1480 e ficha técnica junto a proposta.	2020	PCT	109,39	220.967,80
99	Rodo de espuma dupla face: abrasivo verde na esponja, c/ cabo tam. mínimo: 120cm, medidas mínimas da espuma: Altura: 3cm x Largura: 7,5cm x Comprimento: 29cm, de boa qualidade	167	UNID	18,02	3.009,34
100	Rodo de espuma: c/ cabo tam. mínimo: 120cm, para passar cera, medidas mínimas da espuma: altura 7,5cm x largura 8cm x comprimento 29cm, de boa qualidade.	150	UNID	13,16	1.974,00
101	Rodo Plástico Borracha Dupla 45 cm Azul: c/ cabo de Alumínio e c/ rosca plástica de 140cm, de boa qualidade.	38	UNID	21,98	835,24
102	Sabão de álcool em barra: neutro, função antisséptica de higienização, potenciabilidade microbicida e germicida, embalagem 900g,	110	UNID	4,07	447,70



Estado do Rio Grande do Sul
**PREFEITURA MUNICIPAL DE
ENTRE-IJUÍS**

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89 971.782/0001-10

Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani

E-mail: licitacao@pmei.rs.gov.br – Fone: (55) 2120-2779

<http://www.entreijuis.rs.gov.br>



	Dimensões do Produto: Altura: 10cm,Largura: 10cm, Comprimento: 10cm, pacote com 5 unidades.				
103	Sabonete líquido para mãos e rosto: com tensoativo 100% biodegradável, condicionador e fórmula suavizantes que não ressecam nem agredem a derme, pH neutro,limpeza com hidratação, solúvel na água, hipoalergênico, dermatologicamente testado, embalagem c/ 5 litros. ESSÊNCIA ERVA DOCE OU NEUTRO.	192	UNID	22,86	4.389,12
104	Saco capa fardo reforçado: plástico transparente e resistente, suporta 5 kg, tam. mínimo 50x 80 cm, pacote com 100 unidades .	520	PCT	193,68	100.713,60
105	Saco para lixo capac 100 litros/20 kg: boa qualidade, super resistente, dimensões mínimas 75x90cm, embal c/ 100, mínimo 0,08 micras, que esteja de acordo com a norma ABNT 9191/2008 com laudo de acordo com a norma mencionada e ficha técnica do produto junto a proposta	620	PCT	86,78	53.803,60
106	Saco para lixo capac 30 litros/6 kg: boa qualidade, super resistente, dimensões mínimas 59x62cm, embal c/ 100, mínimo 0,08 micras, que esteja de acordo com a norma ABNT 9191/2008 e apresentar laudo de acordo com a norma mencionada e ficha técnica do produto junto a proposta.	630	PCT	31,74	19.996,20
107	Saco para lixo capac 50 litros/10 kg: boa qualidade, super resistente, dimensões mínimas 63x80cm, embal c/ 100, mínimo 0,08 micras, que esteja de acordo com a norma ABNT 9191/2008 e apresentar laudo de acordo com a norma mencionada e ficha técnica do produto junto a proposta.	628	PCT	43,61	27.387,08
108	Sacola plástica reciclada reforçada: cor branca, alça camiseta, suporta mais de 10kg, micra no mínimo 15, tam. mínimo 90x100cm, caixa c/ 100 unidades.	16	CAIXA	181,20	2.899,20
109	Saponáceo cremoso, embalagem 250 ml, alta abrasividade, multiuso para remoção de sujeira e gordura acumulada, ação em diversas superfícies, data fabricação e validade .	100	UNID	10,77	409,26
110	Saponáceo líquido cremoso: embalagem de 5l, alta abrasividade, para remoção de sujeira e gordura acumulada, ação em diversas superfícies, data fabricação e validade, sem essência ou neutra.	150	UNID	63,38	9.507,00
111	Shampoo com cera automotivo: embalagem 20 litros, cera resinado, para lavagem de veículos, concentrado, pH Neutro, limpeza e brilho,	10	UNID	137,85	1.378,50
112	Toalha de banho: medidas mínimas 67cm x 1,35m, tecido felpudo, algodão e poliester, cor branca, gramatura 400g/m², costura dupla, toque macia,	55	UNID	25,25	1.388,75
113	Toalha de rosto: tecido felpudo100% de algodão, padrão lisa, toda branca, toque macio e de boa	100	CAIXA	11,26	1.126,00



Estado do Rio Grande do Sul
**PREFEITURA MUNICIPAL DE
ENTRE-IJUIS**

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89 971.782/0001-10

Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani

E-mail: licitacao@pmei.rs.gov.br – Fone: (55) 2120-2779

<http://www.entreijuis.rs.gov.br>



	absorção, costura dupla, medidas mínimas 45 x 80cm ou 49 x 70cm, Gramatura de 430 a 600 G/m².				
114	Touca descartável , TNT: unissex, cor branca, confeccionada em falso tecido de polipropileno/poliéster, totalmente automatizada, Gramatura mínima: 30g/m², cxa com 100 unidades, de boa qualidade.	85	CAIXA	10,62	902,70
115	Vassoura de palha natural : palha super reforçada, nova, com cabo de madeira, mínimo 35cm largura, cabo 1,20m, de boa qualidade	177	UNID	30,14	5.334,78
116	Vassoura, tipo noviça : nova, com cerdas sintéticas resistentes, cabo de madeira reforçado e plastificado com pelo menos 120cm, com aparação curva, bem fixadas e resistentes. Dimensões mínimas: 30cm x 19cm x 6,5cm, de boa qualidade.	191	UNID	13,26	2.532,66

O custo estimado total da contratação é de **R\$ 876.827,00 (oitocentos e setenta e seis mil, oitocentos e vinte e sete reais)**.

Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações ([art. 25 do Decreto nº 11.462/2023](#)):

a)em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na [alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021](#);

b)em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

c)serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

d)poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação

Vislumbra-se que tal valor é compatível com o praticado no mercado correspondente, observando-se o disposto no [Decreto Municipal nº 150/2023 de 30 de agosto de 2023](#), que estabelece o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens, contratação de serviços em geral e para contratação de obras e serviços de engenharia no âmbito do Município de Entre-Ijuís, nos termos da [Lei Federal nº 14.133/2021](#).

4 - FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (Art. 6º, XXIII, alínea “b” da Lei nº 14.133/2021)

O objeto da contratação se encontra na Previsão Anual de Compras. (PAC), e aprovado pela Autoridade Competente pelo [Decreto Municipal nº 197 de 14 de agosto de 2024](#). Publicado no site do Município <https://www.entreijuis.rs.gov.br>, e Diário Oficial do Município, no endereço eletrônico www.diariomunicipal.com.br/famurs

A presente contratação tem como finalidade suprir as demandas contínuas por materiais de copa e cozinha, higiene e limpeza, essenciais para o funcionamento adequado das atividades desenvolvidas pelas secretarias municipais, incluindo escolas, unidades de saúde e demais órgãos vinculados à Administração Municipal de Entre-Ijuís/RS.



Estado do Rio Grande do Sul
**PREFEITURA MUNICIPAL DE
ENTRE-IJUÍS**

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89 971.782/0001-10

Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani

E-mail: licitacao@pmei.rs.gov.br – Fone: (55) 2120-2779

<http://www.entreijuis.rs.gov.br>



Esses materiais são indispensáveis para garantir condições mínimas de salubridade, conforto e organização nos ambientes de trabalho, bem como para promover a higiene pessoal e coletiva dos servidores e dos usuários dos serviços públicos. A ausência desses insumos compromete diretamente a qualidade dos serviços prestados à população, além da manutenção de ambientes limpos, seguros e adequados ao atendimento público.

Adicionalmente, a aquisição centralizada dos itens visa otimizar os recursos públicos, facilitar o controle de estoque e promover maior eficiência na gestão de suprimentos.

5 – A SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO (Art. 6º, XXIII, alínea “c” e Art. 40, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021)

A presente contratação contempla a aquisição de materiais de copa e cozinha, higiene e limpeza, cuja solução considera todas as fases do ciclo de vida do objeto, desde o fornecimento até o seu uso e descarte, em conformidade com os princípios da economicidade, eficiência e sustentabilidade.

O ciclo de vida do objeto, neste caso, envolve:

-Aquisição: Os produtos especificados deverão apresentar boa durabilidade e qualidade, conforme padrões definidos pela Administração, visando reduzir a frequência de reposições e, consequentemente, minimizar custos recorrentes.

- Transporte e Armazenamento: Os itens deverão ser entregues em embalagens adequadas, que facilitem o armazenamento e manuseio, minimizando perdas, contaminações ou deteriorações.

- Utilização: Os materiais adquiridos devem ser seguros e eficazes, com instruções claras de uso, contribuindo para o desempenho das atividades nos ambientes administrativos, escolares e de saúde.

Dessa forma, a contratação busca não apenas o menor preço inicial, mas a **melhor relação custo-benefício ao longo de todo o ciclo de vida dos materiais**, em alinhamento com os objetivos da nova Lei de Licitações e os princípios da administração pública.

PARCELAMENTO: Considerando as características dos materiais a serem contratados poderá haver parcelamento, de acordo com a necessidade do Município e devidamente autorizado pelo mesmo.

A adjudicação da presente contratação será empreitada por **preço por item** em acordo com o [art. 46 da Lei 14.133/21](#). Na execução indireta de obras e serviços de engenharia, são admitidos os seguintes regimes:

I - empreitada por preço unitário;

§ 9º Os regimes de execução a que se referem os incisos II, III, IV, V e VI do **caput** deste artigo serão licitados por preço global e adotarão sistemática de medição e pagamento associada à execução de etapas do cronograma físico-financeiro vinculadas ao cumprimento de metas de resultado, vedada a adoção de sistemática de remuneração orientada por preços unitários ou referenciada pela execução de quantidades de itens unitários.

Portanto [art 40 § 3º](#) O parcelamento não será adotado quando:

I - a economia de escala, a redução de custos de gestão de contratos ou a maior vantagem na contratação recomendar a **compra do item** do mesmo fornecedor;

SUSTENTABILIDADE

Na presente contratação foram aferidos critérios de sustentabilidade visto que o objeto não trará qualquer impacto ambiental.



Estado do Rio Grande do Sul
**PREFEITURA MUNICIPAL DE
ENTRE-IJUÍS**

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89 971.782/0001-10
Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani
E-mail: licitacao@pmei.rs.gov.br – Fone: (55) 2120-2779
<http://www.entreijuis.rs.gov.br>



Na escolha de itens, nos termos do *inciso XI do art. 7º da Lei n. 12.305, de 2010*, foram priorizados: estímulo à implementação da avaliação do ciclo de vida do produto; incentivo ao desenvolvimento de sistemas de gestão ambiental e empresarial voltados para a melhoria dos processos produtivos e ao reaproveitamento dos resíduos sólidos, incluídos a recuperação e o aproveitamento energético;

6 - DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (Art. 6º, XVIII alínea “h”, da Lei nº 14.133/2021)

O objeto da presente contratação refere-se a **aquisição de materiais de copa e cozinha, higiene e limpeza**, classificados como **bens comuns**, nos termos da legislação vigente, considerando que possuem especificações usuais no mercado e permitem a definição objetiva dos padrões de qualidade exigidos, possibilitando a **comparação de propostas por critério de menor preço**.

A contratação será realizada por meio da modalidade Pregão Eletrônico, conforme previsão *da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Federal nº 10.024/2019*, tendo em vista que há viabilidade de competição entre os fornecedores e o objeto pode ser descrito de forma clara e objetiva. Será adotado o critério de julgamento por menor preço por item, em regime de Registro de Preços, conforme interesse da Administração.

A finalidade da presente contratação é garantir o fornecimento regular de materiais de copa e cozinha, higiene e limpeza para as secretarias, escolas, unidades de saúde e demais órgãos da Administração Municipal de Entre-Ijuís/RS. Esses materiais são essenciais para manter ambientes limpos, seguros e adequados ao atendimento público. A aquisição visa assegurar melhores condições de trabalho aos servidores e de atendimento à população. Além disso, busca-se otimizar os recursos públicos por meio da compra centralizada e planejada..

Ressalta-se que os produtos a serem adquiridos **não se enquadram como bens de luxo**, conforme disposto no *Decreto Federal nº 10.818/2021* e no *Decreto Municipal nº 01/2023*, sendo, portanto, compatíveis com os princípios da economicidade e da eficiência administrativa.

Por fim, esta contratação será executada sob o **critério de julgamento por preço unitário**, em consonância com o *art. 46 da Lei nº 14.133/2021*, garantindo adequada mensuração, controle e pagamento conforme as entregas realizadas.

7 – REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO (Art. 6º, XVIII alínea “d”, da Lei nº 14.133/2021)

Vigência do Contrato

O prazo de vigência da presente contratação será de **12 (doze) meses**, contados a partir da data da assinatura do contrato.

Entrega e Responsabilidades do Fornecedor

O **FORNECEDOR** será responsável pela entrega dos materiais, incluindo o transporte, a contar de **10 dias** do recebimento da Nota de Empenho.

Caso haja impossibilidade de cumprimento da entrega, o **FORNECEDOR** deverá apresentar justificativa por escrito, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas contratualmente e na legislação pertinente.

As entregas deverão ser realizadas **no Almoxarifado do município, na Rua Francisco Richter nº 543**, centro de Entre-Ijuís/RS.

O **FORNECEDOR** deverá:



Estado do Rio Grande do Sul
**PREFEITURA MUNICIPAL DE
ENTRE-IJUÍ**

Rua Francisco Richter, 601

CNPJ: 89 971.782/0001-10

Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani

E-mail: licitacao@pmei.rs.gov.br – Fone: (55) 2120-2779

<http://www.entreijuis.rs.gov.br>



Apresentar capacidade técnica e regularidade fiscal conforme exigido pela Lei nº 14.133/2021, garantindo a entrega dos materiais em perfeitas condições de uso, no prazo e local estabelecidos pela Administração Municipal. Os produtos fornecidos deverão ser de qualidade comprovada, com prazo de validade adequado, sendo obrigatória a substituição imediata de quaisquer itens que apresentem defeitos, estejam em desacordo com as especificações ou sofram avarias durante o transporte. A contratada deverá cumprir todas as normas sanitárias, ambientais e de segurança aplicáveis, especialmente no fornecimento de produtos de limpeza, e deverá estar apta a realizar entregas parceladas conforme a necessidade das secretarias. Os preços propostos deverão ser mantidos durante toda a vigência do contrato, salvo nas hipóteses legais de reequilíbrio econômico-financeiro.

Substituição de Produtos

Não será permitida a substituição dos produtos contratados por outros de marcas ou características distintas, salvo em casos comprovadamente justificáveis, mediante solicitação formal e fundamentada do FORNECEDOR e aceite expresso pela Contratante, desde que o novo produto seja de qualidade igual ou superior.

Da Subcontratação

Fica vedada a subcontratação, total ou parcial, do objeto contratado.

8 - MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (Art. 6º, XXIII alínea “e” da Lei nº 14.133/2021)

A execução do objeto dar-se-á mediante a entrega dos materiais de forma parcelada ou total, conforme solicitação da Administração Municipal de Entre-Ijuís/RS, de acordo com a demanda das secretarias, escolas, unidades de saúde e demais órgãos interessados.

Os produtos deverão ser entregues no local indicado pela Administração, durante o horário de expediente, em até 10 dias úteis após o recebimento da emissão da nota de empenho. Todos os itens deverão ser entregues em perfeitas condições de uso, devidamente embalados, com prazos de validade adequados e conforme as especificações constantes no Termo de Referência.

O recebimento será realizado por servidor designado, que verificará a conformidade dos produtos com a nota fiscal e com as especificações exigidas. Em caso de irregularidades, os itens deverão ser substituídos no prazo máximo de 5 dias úteis, sem qualquer ônus adicional para a Administração.

A fiscalização da execução ficará a cargo de servidor ou comissão designada, nos termos da legislação vigente, sendo de responsabilidade da contratada o cumprimento integral das obrigações assumidas.

Penalidades:

- Caso a empresa não cumpra os prazos de entrega ou as condições do contrato, ela estará sujeita a multas e penalidades, conforme o contrato estabelecido.

9 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA (art. 92, XIV, XVI e XVII)

Obriga-se a empresa vencedora:

- atender a todas as solicitações de contratação efetuadas durante a vigência do Contrato ou Ata de Registro de Preços, limitada ao quantitativo de cada item;



Estado do Rio Grande do Sul
**PREFEITURA MUNICIPAL DE
ENTRE-IJUÍ**

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89 971.782/0001-10

Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani

E-mail: licitacao@pmei.rs.gov.br – Fone: (55) 2120-2779

<http://www.entreijuis.rs.gov.br>



- b) ao fornecimento do objeto, de acordo com as especificações constantes no Edital, em consonância com a proposta apresentada e com a qualidade e especificações determinadas pela legislação em vigor;
- c) responsabilizar-se pela boa execução e eficiência no fornecimento do produto objeto do edital;
- d) reparar, corrigir, remover as suas expensas, no todo ou em parte o(s) objeto(s) em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, bem como, providenciar a imediata substituição dos mesmos;
- e) providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo contratante quando da entrega do produto;
- f) apresentar, sempre que solicitado documentos que comprovem a procedência do produto fornecido, assim como amostra para análise pela Administração, sem qualquer ônus adicional;
- g) não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto do contrato ou da Ata de Registro de Preços;
- h) manter, durante a vigência do contrato ou do Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação;
- i) a estender aos contratos objeto da Ata, os benefícios e promoções oferecidas aos demais clientes da contratada;
- j) responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados à Administração ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do fornecimento;
- k) responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, inclusive, despesa de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto contratado;
- l) mesmo não sendo a fabricante da matéria prima empregada na fabricação de seus produtos, a empresa vencedora, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade destes, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta;
- m) manter endereço eletrônico (e-mail) válido para fins de comunicação com a contratante por todo o período de contratação; comunicando, imediatamente, o Contratante em caso de alteração;
- n) realizar cadastro no Portal Externo do SGP-e (<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/inicio>) para que possa assinar eletronicamente com certificação digital TODOS os documentos firmados com a contratante (como realizar a assinatura digital: https://sgpe.sea.sc.gov.br/capdoc/pergunta_frequente/nova-como-realizar-a-assinatura-digital-via-portal-externo/).

10 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

Obriga-se a Administração/Contratante:

- a) comunicar a Contratada toda e quaisquer ocorrências relacionadas aos objetos entregues;



Estado do Rio Grande do Sul
**PREFEITURA MUNICIPAL DE
ENTRE-IJUÍ**

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89 971.782/0001-10
Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani
E-mail: licitacao@pmei.rs.gov.br – Fone: (55) 2120-2779
<http://www.entreijuis.rs.gov.br>



- b) efetuar o pagamento da Contratada de acordo com a forma de pagamento estipulada na licitação e no Contrato;
- c) promover o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento/prestação dos serviços, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;
- d) rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue pela Contratada fora das especificações do contrato;
- e) observar para que durante a vigência do Contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas pela Contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- f) aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;
- g) prestar à CONTRATADA informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados;
- h) demais condições constantes do edital de licitação.

11 – MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (Art. 6º, XVIII alínea “f”, da Lei nº 14.133/2021)

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização:

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

Fiscalização técnica:

Marcelo Roberto da Silva ((Camara Municipal de Vereadores)

Vandrieli Santos Bueno (Gabinete)

Eduardo Wentz ((Sec. de Administração)

Michele Adalgiza Ramos ((Secretaria da Fazenda e Planejamento)

Mateus Muller (Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio)

Caroline Tretter da Silveira (Secretaria de Transportes e Obras Públicas)



Estado do Rio Grande do Sul
**PREFEITURA MUNICIPAL DE
ENTRE-IJUÍS**

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89.971.782/0001-10
Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani
E-mail: licitacao@pmei.rs.gov.br – Fone: (55) 2120-2779
<http://www.entreijuis.rs.gov.br>



Jocenara Vidor (Sec. de Educação, Turismo e Esportes)
Erik Felipe Beskow (Sec. de Saúde)
Jhessica Muller da Silveira Spat (Sec. de Assistência Social)

Fiscalização Administrativa:

Tatiana Massalai Pettenon (Camara Municipal de Vereadores)
Vitoria Damião da Silva (Gabinete)
Pablo Bernardes Krejci (Sec. de Administração)
Raquel C. Arruda Mucha (Secretaria da Fazenda e Planejamento)
Wagner Klamt (Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio)
Boleslau Millani Obadowski (Secretaria de Transportes e Obras Públicas)
Aline Marques de Lima (Sec. de Educação, Turismo e Esportes)
Walquiria Kessler Moscon (Sec. de Saúde)
Camila Balzan Trombeta (Sec. de Assistência Social)

Gestor do Contrato:

Cristiano Weber (Camara Municipal de Vereadores)
Vitória Damião da Silva (Gabinete e Secretaria da Administração)
Deise Caroline Dala Rosa da Silva (Secretaria da Fazenda e Planejamento)
Marcia Kusler (Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio)
Daltrô Moura (Secretaria de Transportes e Obras Públicas)
Regina Aparecida Machado de Souza (Sec. de Educação, Turismo e Esportes)
Lawrence Uggeri Pizetta (Sec. de Saúde)
Jhessica Muller da Silveira Spat (Sec. de Assistência Social)

12- DO REAJUSTE (Art. 136 da Lei nº 14.133/2021)

Os preços são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice **Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA/IBGE**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

Fica a **CONTRATADA** obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

O reajuste será realizado por apostilamento.

Igualmente, o contrato/Ata poderá ser alterado para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.

13- ALTERAÇÕES DO CONTRATO (Art. 124 e 125 da Lei nº 14.133/2021)

Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do [Art. 124 da Lei nº 14.133/2021](#).



Estado do Rio Grande do Sul
**PREFEITURA MUNICIPAL DE
ENTRE-IJUIS**

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89 971.782/0001-10
Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani
E-mail: licitacao@pmei.rs.gov.br – Fone: (55) 2120-2779
<http://www.entreijuis.rs.gov.br>



Nas alterações unilaterais a que se refere o *inciso I do caput do art. 124 desta Lei nº 14.133/2021* o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento), *art. 125 do caput da Lei 14.133/2021*.

14 – DA GARANTIA DA EXECUÇÃO (Art. 20 da Lei nº 14.133/2021)

Os itens de consumo adquiridos para suprir as demandas das estruturas da Administração Pública não deverão ostentar especificações e características excessivas às necessárias para cumprir as finalidades às quais se destinam, vedada a aquisição de artigos de luxo.

O prazo de garantia é de 12 meses, contados do recebimento do material. Caso o fornecedor possua uma garantia maior do que a determinada no presente Termo de Referência, prevalecerá a maior.

15 – DA GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS (Art. 96 da Lei nº 14.133/2021)

O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de no mínimo 12 (doze) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o contratado deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

16 – DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (Art. 6º, XVIII alínea “j”, da Lei nº 14.133/2021)

As despesas decorrentes do objeto deste Termo correrão à conta de recursos específicos, consignados no Orçamento, na seguinte dotação orçamentária:

01.01 – CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
010310001.2001000- MANUTENCAO DAS ATIVIDADES LEGISLATIVAS
02.01 –GABINETE DO PREFEITO
0412200022.002000 - MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO GABINETE
03.01-SECRETARIA GERAL E DE ADMINISTRAÇÃO
0412200022.011000 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS
04.01 – SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA E PLANEJAMENTO
0412200022.016000 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES FAZENDÁRIAS
05.01- SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA COMÉRCIO E INDUTRIA
0412200022.02000 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA
06.01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E OBRAS PUBLICAS
0412200022.037000- MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SECRETARIA
07.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, TURISMO E ESPORTES
1236507012.329000 – VALOR ALUNO X ALUNO RESULTADO – VAAR- PRÉ ESCOLA
1236507012.328000 – VALOR ALUNO X ALUNO RESULTADO – VAAR- CRECHE
1236107022.330000 – VALOR ALUNO X ALUNO RESULTADO – VAAR- ENSINO FUNDAMENTAL
08.01 –SEC. MUN. DE SAÚDE
1030108012.093000 – MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAUDE
09.01 –SEC. MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
082440902.2271000 - PROTECAO SOCIAL BASICA
3.3.90.30 – MATERIAL DE CONSUMO

17 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (Art. 92, XIV da Lei nº 14.133/2021)

Comete infração administrativa, nos termos da *Lei nº 14.133, de 2021*, o Contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;



Estado do Rio Grande do Sul
**PREFEITURA MUNICIPAL DE
ENTRE-IJUÍS**

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89 971.782/0001-10
Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani
E-mail: licitacao@pmei.rs.gov.br – Fone: (55) 2120-2779
<http://www.entreijuis.rs.gov.br>



- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- l) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).
- m) Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:
- n) Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei](#));
- o) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §4º, da Lei 14.133/2021](#));
- p) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei 14.133/2021](#))
- Multa:
- q) moratória de 1 % (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- r) compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto ou sobre o valor da parcela inadimplida, no caso de inexecução parcial;
- A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante ([art. 156, §9º da Lei 14.133/21](#))
- Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º da Lei 14.133/21](#)).
- a) Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157 da Lei 14.133/21](#))



Estado do Rio Grande do Sul
**PREFEITURA MUNICIPAL DE
ENTRE-IJUÍS**

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89 971.782/0001-10
Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani
E-mail: licitacao@pmei.rs.gov.br – Fone: (55) 2120-2779
<http://www.entreijuis.rs.gov.br>



b) Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º da Lei 14.133/21](#)).

c) Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

-A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133 de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

-Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º da Lei 14.133/21](#)):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para a Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

-Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159 da Lei 14.133/21](#))

-A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160)

-A Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEISA) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161 da Lei 14.133/21](#))

-As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

18 – CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO (Art. 6º, XVIII alínea “g”, e arts. 92 e 141 da Lei nº 14.133/2021)

LIQUIDAÇÃO



Estado do Rio Grande do Sul
**PREFEITURA MUNICIPAL DE
ENTRE-IJUÍS**

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89 971.782/0001-10

Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani

E-mail: licitacao@pmei.rs.gov.br – Fone: (55) 2120-2779

<http://www.entreijuis.rs.gov.br>



Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

PREÇO



Estado do Rio Grande do Sul
**PREFEITURA MUNICIPAL DE
ENTRE-IJUÍ**

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89 971.782/0001-10

Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani

E-mail: licitacao@pmei.rs.gov.br – Fone: (55) 2120-2779

<http://www.entreijuis.rs.gov.br>



Valor estimado desta licitação é de **R\$ 876.827,00 (oitocentos e setenta e seis mil, oitocentos e vinte e sete reais)**.

) No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

FORMA DE PAGAMENTO:

-O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

-Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

PRAZO DE PAGAMENTO

-O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

-Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

-No caso de atraso pela Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

-A emissão da Nota Fiscal será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, conforme disposto neste instrumento e/ou no Termo de Referência.

-Quando houver glosa parcial do objeto, à contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

-O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

-Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a contratante;

-A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133/2021](#).



Estado do Rio Grande do Sul
**PREFEITURA MUNICIPAL DE
ENTRE-IJUIS**

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89 971.782/0001-10

Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani

E-mail: licitacao@pmei.rs.gov.br – Fone: (55) 2120-2779

<http://www.entreijuis.rs.gov.br>



-Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

-Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

-Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

-Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

-Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF. -Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

-Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

19 – FORMAS E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (Art. 141 alínea “h”, da Lei nº 14.133/2021)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de Pregão, na forma eletrônica, com fundamento na [Lei n. 14.133/2021](#), que culminará com a seleção da proposta de **menor preço por item** dentre as propostas válidas.

HABILITAÇÃO

1-Habilitação jurídica:

- a) No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: **ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor**, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- c) Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- d) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- e) No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;



Estado do Rio Grande do Sul
**PREFEITURA MUNICIPAL DE
ENTRE-IJUI'S**

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89 971.782/0001-10
Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani
E-mail: licitacao@pmei.rs.gov.br – Fone: (55) 2120-2779
<http://www.entreijuis.rs.gov.br>



f) Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

2-Regularidade fiscal e trabalhista:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (**CNPJ**);

b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da **Receita Federal do Brasil (RFB)** e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (**PGFN**), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

c) prova de regularidade com a **Fazenda Estadual** do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

d) prova de regularidade com a **Fazenda Municipal** do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

e) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (**FGTS**);

f) Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos [termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#); **Declaração Conjunta - Anexo III.**

g) Prova de **inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal**, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado, sendo aceito ainda em substituição a este, o **Alvará de funcionamento**, nas mesmas condições.

h) O fornecedor enquadrado como **microempreendedor** individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na [Lei Complementar n.123 DE 2006](#), estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

i) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho (**CNDT**), mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);

j) Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou distritais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência.

3-Qualificação Econômico-Financeira.

a) **Certidão negativa de falência** expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

b) **Balanco patrimonial** demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

c) Como trata-se de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido da licitante qualificada



Estado do Rio Grande do Sul
**PREFEITURA MUNICIPAL DE
ENTRE-IJUÍ**

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89.971.782/0001-10
Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani
E-mail: licitacao@pmei.rs.gov.br – Fone: (55) 2120-2779
<http://www.entreijuis.rs.gov.br>



como **microempresa ou empresa de pequeno porte**, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro. (Art. 3º do Decreto nº 8.538, de 2015);

4-Qualificação Técnica

Para comprovação da qualificação técnica, a contratada deverá apresentar comprovação de que atende as especificações elencadas neste termo de referência, nos termos do (art. 67, §1º da lei 14.133/22).

a) Folder, prospecto ou documento com foto ilustrativa, descritivo das funções e/ou especificação técnica do produto cotado, **a ser entregue anexado à proposta**;

b) Apresentação de no mínimo 01 (um) **atestado de qualificação técnica** mediante apresentação de, pelo menos, um **atestado de capacidade técnica**, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove aptidão da licitante no fornecimento do objeto solicitado, acompanhado de cópias do contrato administrativo ou Nota Fiscal, afim de que se averigüe a veracidade do atestado, e devidamente registrado em órgão competente. Não serão considerados atestados de capacidade técnica emitidos por pessoas jurídicas integrantes do mesmo grupo empresarial ou de qualquer outra natureza;

c) Para os itens que, exijam comprovação de conformidade técnica, deverá ser apresentada **certificação emitida por órgão competente ou por laboratório acreditado**, preferencialmente com base em normas da ABNT (NBR) ou do INMETRO, quando aplicável ao tipo de produto ofertado

5-Proposta

a) As propostas deverão conter o item cotado, quantidades, preços unitários e totais, expressos em reais (prevalecerá em casos de divergência entre o preço total e o unitário, o valor ofertado como preço unitário, e, no caso de divergência entre o valor em algarismos e o valor por extenso, prevalecerá o valor por extenso); e, quando cabível: tipo de embalagem, peso, marca e modelo.

b) A quantidade de unidades a ser cotada deverá ser igual ao quantitativo total respectivo para cada item.

c) Na elaboração da proposta e no preço ofertado deverão ser observadas as especificações requeridas, os requisitos da contratação e estar incluídos todos os custos relacionados ao fornecimento do objeto, incluindo impostos, taxas, embalagem, seguros, garantia, frete, descarga no local de entrega, montagem e outros necessários à perfeita execução contratual.

7)Pesquisa de Preços:

a) A pesquisa de preços foi realizada com base em ampla pesquisa de mercado com fornecedores do ramo, bem como através de ata de RP de outros órgãos públicos na forma do *art. 23, incisos I a IV da lei federal 14.133/2021*, e, ainda, em consonância com o *Decreto Municipal de nº 150/2023 de 03/08/2023* "Que regulamenta a pesquisa de preços no âmbito municipal".

20 – DAS CONDIÇÕES GERAIS

A proponente declara conhecer os termos do instrumento convocatório que rege a presente licitação.

O preço proposto pela empresa licitante, contempla todas as despesas necessárias ao pleno fornecimento, tais como os encargos (obrigações sociais, impostos, taxas etc.), cotados separados e incidentes sobre o fornecimento.

AUSÊNCIA DE FRACIONAMENTO. A unidade demandante não contratou, para o curso do presente exercício, objeto de idêntica natureza, inexistindo desse modo configuração de fracionamento de despesa.



Estado do Rio Grande do Sul
**PREFEITURA MUNICIPAL DE
ENTRE-IJUÍ**

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89 971.782/0001-10
Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani
E-mail: licitacao@pmei.rs.gov.br – Fone: (55) 2120-2779
<http://www.entreijuis.rs.gov.br>



Conforme [IN Seges/ME 81/2022, Art. 10](#) não se verifica a necessidade de classificar este TR nos termos da [Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011](#).

Consta como Anexo a este Termo de Referência a Planilha estimativa de custo e documentos de suporte à pesquisa de preços, nos termos da [alínea i, inciso XXIII do Art. 6º da Lei 14.133/2021](#).

21 – DOS PEDIDOS DE INFORMAÇÕES E ESCLARECIMENTOS

Eventuais pedidos de informações/esclarecimentos deverão ser encaminhados ao Município de Entre-Ijuís, por escrito, num prazo de até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para a entrega da proposta de preço e dos documentos de habilitação, endereçado à Prefeitura Municipal de Entre-Ijuís, à Rua Francisco Richter, 601 – Centro – CEP: 98855-000 – Entre-Ijuís/RS. As respostas serão enviadas às empresas em até 01 (um) dia útil antes do prazo de entrega das propostas. O resultado será enviado através de endereço eletrônico (E-mail). Como forma de agilizar este processo, as licitantes deverão indicar, caso possuam, seu endereço eletrônico na Internet. A consultante deverá indicar, na abertura do texto da mensagem, o número da Licitação a que se refere a consulta.

Entre-Ijuís, 03 de setembro de 2025

Vitória Damião da Silva
Responsável pela elaboração do TR
Gabinete e Secretaria de Administração

Deise Caroline Dala Rosa da Silva
Responsável pela elaboração do TR
Secretária Mun. De Fazenda e Planejamento

Marcia Kusler
Responsável pela elaboração do TR
Secretária Mun. Agricultura, Indústria e Comércio

Regina Aparecida Machado de Souza
Responsável pela elaboração do TR
Secretária Mun. de Educação, Cultura, Turismo e Esportes

Lawrence Uggeri Pizetta
Responsável pela elaboração do TR
Secretário Mun. de Saúde

Jhessica Muller da Silveira
Responsável pela elaboração do TR
Secretária Mun. de Assistência Social

Tatiana Massalai Pettenon
Responsável pela elaboração do TR
Câmara Municipal de Vereadores de Entre-Ijuís/RS

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR



Estado do Rio Grande do Sul
**PREFEITURA MUNICIPAL DE
ENTRE-IJUÍS**

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89 971.782/0001-10
Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani
E-mail: licitacao@pmei.rs.gov.br – Fone: (55) 2120-2779
<http://www.entreijuis.rs.gov.br>



1. INTRODUÇÃO

O presente Estudo Técnico Preliminar (ETP) tem por finalidade apresentar a justificativa e a necessidade da aquisição de materiais de copa, cozinha, higiene e limpeza, destinados ao uso das diversas secretarias e do Município e Câmara Municipal de Vereadores de Entre-Ijuís.

A aquisição desses insumos é essencial para garantir o adequado funcionamento das atividades administrativas e operacionais do Município, assegurando condições mínimas de limpeza, higiene, conservação e comodidade aos servidores públicos, colaboradores e cidadãos que utilizam os espaços públicos.

A manutenção contínua do estoque desses materiais é fundamental para a preservação dos ambientes institucionais, prevenção de doenças, melhoria da qualidade do atendimento ao público e cumprimento das normas sanitárias e de segurança. A ausência ou insuficiência desses itens compromete diretamente a eficiência dos serviços públicos prestados.

Este ETP apresenta o levantamento da necessidade de contratação, análise de soluções, requisitos mínimos dos produtos, estimativa de custos e demais elementos técnicos e administrativos, conforme previsto na legislação vigente, especialmente no que dispõe a Nova Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 14.133/2021), visando assegurar a eficiência, economicidade, transparência e legalidade na aplicação dos recursos públicos.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A presente contratação tem como objetivo suprir a necessidade contínua e essencial de fornecimento de materiais de copa, cozinha, higiene e limpeza, destinados ao uso diário de todas as secretarias do Município de Entre-Ijuís, bem como da Câmara Municipal de Vereadores.

Esses materiais são fundamentais para assegurar a limpeza, organização e higiene adequadas dos espaços públicos, promovendo um ambiente salubre e funcional para servidores, colaboradores e munícipes que frequentam os prédios públicos. A aquisição contempla itens de uso rotineiro como detergentes, desinfetantes, sabão, papel higiênico, papel toalha, sacos para lixo, copos descartáveis, panos de limpeza, entre outros insumos que compõem as atividades de manutenção e apoio das unidades administrativas.

Além da importância para a conservação dos ambientes, os materiais de copa e cozinha também são indispensáveis para o suporte às atividades administrativas e institucionais, especialmente em setores com atendimento ao público, reuniões, eventos internos ou para o dia-a-dia de trabalho.

A ausência ou fornecimento irregular desses produtos pode comprometer diretamente a eficiência dos serviços públicos, a saúde dos servidores, a segurança sanitária e a imagem institucional da administração. Dessa forma, a contratação proposta busca garantir o abastecimento regular, padronizado e conforme as demandas específicas de cada unidade, promovendo a continuidade e a qualidade na prestação dos serviços públicos.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO



Estado do Rio Grande do Sul
**PREFEITURA MUNICIPAL DE
ENTRE-IJUÍS**

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89 971.782/0001-10
Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani
E-mail: licitacao@pmei.rs.gov.br – Fone: (55) 2120-2779
<http://www.entreijuis.rs.gov.br>



Para atender adequadamente à necessidade identificada, a contratação deverá observar os seguintes requisitos mínimos, garantindo a padronização, a qualidade dos materiais fornecidos e o atendimento às especificações técnicas necessárias para o uso diário em todas as secretarias do Município de Entre-Ijuís e na Câmara Municipal de Vereadores:

3.1. Requisitos Gerais:

- Fornecimento de materiais novos, de primeira qualidade, devidamente embalados e rotulados, com prazo de validade adequado e em conformidade com as normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO) e demais órgãos reguladores;
- Os produtos deverão ser entregues conforme demanda, com possibilidade de entregas parciais;
- O fornecedor deverá garantir a reposição de produtos com defeitos de fabricação, acondicionamento inadequado ou fora das especificações, sem ônus para a Administração;
- Entrega dos produtos diretamente no Almoxarifado do município, localizado na Rua Francisco Richter nº 543, no Município de Entre-Ijuís, sem custos adicionais de frete;
- O fornecedor deverá manter atendimento para eventuais trocas, dúvidas técnicas ou necessidade de adequações durante a vigência do contrato.

3.2. Requisitos de Sustentabilidade (quando aplicável):

- Priorizar produtos biodegradáveis ou com menor impacto ambiental, sempre que possível;

4. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

A estimativa das quantidades foi baseada no histórico de consumo das aquisições realizadas nos anos de 2023 e 2024, conforme dados fornecidos por cada Secretaria e pela Câmara Municipal. O levantamento considerou a média mensal de uso e as demandas específicas de cada unidade. Essa análise visa garantir a compatibilidade entre a contratação e a real necessidade do Município.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

A metodologia aplicada foi o valor de referência por meio da média de valor a partir de pesquisa realizada com fornecedores, sites especializados e atas de registro de preço de outros órgãos.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução proposta para atender à necessidade de materiais de copa, cozinha, higiene e limpeza consiste na contratação de fornecedor especializado para o fornecimento contínuo e regular desses insumos, contemplando todas as secretarias do Município de Entre-Ijuís e a Câmara Municipal de Vereadores. O contrato deverá garantir a entrega dos produtos conforme a demanda específica de cada setor, respeitando os padrões de qualidade, validade e conformidade com as normas vigentes. A centralização da aquisição visa otimizar os processos administrativos, reduzir custos através da padronização e promover maior controle sobre o consumo e a distribuição dos materiais. Dessa forma, assegura-se a manutenção da higiene, a saúde ocupacional e o conforto dos servidores e usuários dos serviços públicos, contribuindo para a eficiência e a qualidade na prestação dos serviços municipais. A solução abrange desde produtos de limpeza básicos até insumos de copa e cozinha, garantindo que todos os ambientes institucionais estejam adequadamente abastecidos para o funcionamento diário. Além disso, contempla cláusulas contratuais que preveem o suporte técnico e a reposição rápida de produtos, minimizando riscos



Estado do Rio Grande do Sul
**PREFEITURA MUNICIPAL DE
ENTRE-IJUÍ**

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89 971.782/0001-10
Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani
E-mail: licitacao@pmei.rs.gov.br – Fone: (55) 2120-2779
<http://www.entreijuis.rs.gov.br>



de desabastecimento e atendendo às demandas emergenciais que possam surgir ao longo da vigência do contrato.

7. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

A contratação do objeto será por item, tendo em vista ser mais vantajosa o parcelamento da contratação garantindo um melhor aproveitamento dos recursos públicos, facilitando o armazenamento e evitando desperdício.

8. ALINHAMENTO COM O PAC

A contratação possui uma relação direta e transversal com os objetivos estratégicos traçados nos instrumentos de planejamento estratégico do plano anual de aquisições e contratações da Administração Municipal em exercício 2025.

9. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

A contratação dos materiais de copa, cozinha, higiene e limpeza tem como resultado esperado a manutenção regular e eficaz das condições sanitárias e de conforto nas dependências de todas as secretarias do Município de Entre-Ijuís e da Câmara Municipal de Vereadores. Espera-se assegurar o abastecimento contínuo e padronizado desses insumos, promovendo ambientes limpos, organizados e seguros para servidores, colaboradores e público em geral. Com isso, pretende-se melhorar a qualidade dos serviços públicos, prevenir doenças relacionadas à falta de higiene e contribuir para o bem-estar e a produtividade dos servidores. Além disso, a solução adotada visa garantir a economicidade e a transparência na aplicação dos recursos públicos, por meio de uma contratação eficiente, que atenda às demandas específicas de cada unidade administrativa, evitando desperdícios e desabastecimento. O acompanhamento sistemático do consumo e da qualidade dos produtos contribuirá para ajustes futuros e a constante melhoria dos processos internos de aquisição e gestão desses materiais.

10. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

Deverão ser previamente adotadas as seguintes providências:

- a) Definições dos servidores que farão parte da equipe de fiscalização e gestão contratual;
- b) Capacitação dos fiscais e gestores a respeito de suas atribuições.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

Não se faz necessária a realização de contratações correlatas e/ou interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda materiais de consumo odontológico.

12. IMPACTOS AMBIENTAIS

Não trará qualquer impacto ambiental.

13. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE:

A contratação é tecnicamente viável, considerando a demanda concreta, o levantamento de soluções disponíveis no mercado e o impacto positivo esperado na gestão ambiental do município. Há previsão orçamentária para custeio da despesa.

14. RESPONSÁVEL



Estado do Rio Grande do Sul
**PREFEITURA MUNICIPAL DE
ENTRE-IJUÍS**

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89 971.782/0001-10

Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani

E-mail: licitacao@pmei.rs.gov.br – Fone: (55) 2120-2779

<http://www.entreijuis.rs.gov.br>



Entre-Ijuís, 28 de Agosto de 2025

Vitória Damião da Silva
Responsável pela elaboração do TR
Gabinete e Secretaria de Administração

Deise Caroline Dala Rosa da Silva
Responsável pela elaboração do TR
Secretária Mun. De Fazenda e Planejamento

Marcia Kusler
Responsável pela elaboração do TR
Secretária Mun. Agricultura, Indústria e Comércio

Regina Aparecida Machado de Souza
Responsável pela elaboração do TR
Secretária Mun. de Educação, Cultura, Turismo e Esportes

Lawrence Uggeri Pizetta
Responsável pela elaboração do TR
Secretário Mun. de Saúde

Jhessica Muller da Silveira
Responsável pela elaboração do TR
Secretária Mun. de Assistência Social

Tatiana Massalai Pettenon
Responsável pela elaboração do TR
Câmara Municipal de Vereadores de Entre-Ijuís/RS



Estado do Rio Grande do Sul
**PREFEITURA MUNICIPAL DE
ENTRE-IJUÍS**

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89 971.782/0001-10
Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani
E-mail: licitacao@pmei.rs.gov.br – Fone: (55) 2120-2779
<http://www.entreijuis.rs.gov.br>



ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

PROPOSTA DE PREÇOS		MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) Nº 026/2025		TIPO MENOR PREÇO POR ITEM	
Proponente:					
Endereço:					
Cidade:				Processo nº: 098/2025	
Telefone:				Data:	
E-mail:				Rubrica:	
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	Quant	Unid	Valor unitário	Valor Total
1					
2					
3					
4					
5					
6					
7					
VALOR GLOBAL					
Estando de acordo com os termos do ato convocatório e com a legislação nele indicada, propomos os valores acima com validade da proposta de ____ dias, com pagamento através do Banco _____ Agência nº ____ c/c nº _____ Cidade/RS ____/_____/_____ _____ representante legal da empresa				CNPJ:	
				FLS:	



Estado do Rio Grande do Sul
**PREFEITURA MUNICIPAL DE
ENTRE-IJUÍS**

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89.971.782/0001-10
Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani
E-mail: licitacao@pmei.rs.gov.br – Fone: (55) 2120-2779
<http://www.entreijuis.rs.gov.br>



ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÃO CONJUNTA
(Papel timbrado ou nome da Entidade)

I. Que cumpre plenamente todos os requisitos de habilitação para este certame licitatório e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

II. Que não existe fato superveniente impeditivo para sua habilitação no certame ou de participar de licitações ou de contratar com qualquer Órgão da Administração Pública em razão de penalidades e compromete-se em informar a qualquer tempo, sob as penas cabíveis, a superveniência de ocorrências posteriores na forma determinada no *inciso IV, do art. 12, da Lei nº 14.133/2021*;

III. Em atendimento ao disposto no *inciso III, do art. 1º da Lei nº 8.124/2006* (alterada pela *Lei nº 12.272/2014*), não possui, em seu quadro funcional e societário, pessoas membro de Poder ou do Ministério Público, servidor público, empregado público, membro comissionado ou dirigente da Administração Pública ou de órgão direto ou indireto da Administração Municipal, cônjuge, companheiro, ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou por afinidade, até o terceiro grau, nem pessoas com qualquer vínculo empregatício com o Município de Entre-Ijuís;

IV. que, em cumprimento ao *art. 7º, inc XXXIII da CF/88*, no *inciso VI, do art. 68 da Lei 14.133/2021*, acrescido pela *Lei 9.854 de 27 de outubro de 1999*, não utiliza mão-de-obra direta ou indireta de menores de 18 (dezoito) anos para a realização de trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como, não utiliza, para qualquer trabalho, mão-de-obra direta ou indireta de menores de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz, a partir de 14 (catorze) anos;

V. que não encontra-se impedida ou inidônea para licitar ou contratar com nenhum dos órgãos da Administração Pública em qualquer uma de suas esferas, Federal, Estadual e Municipal;

VI. Assumimos o compromisso irrevogável e irretratável de promover a entrega do item o qual oferece o menor valor durante este Pregão Eletrônico enquanto o contrato do mesmo estiver em vigência;

VII. Estamos cientes de toda a legislação relativa à presente licitação, e concordamos com todos os termos, cláusulas e condições estabelecidos no Edital e seus Anexos, bem como na Ata do mesmo, comprometendo-se a realizar a entrega do objeto consoante ao que prevê esta legislação e seus anexos;

VIII. que estamos cientes que o não cumprimento contratual, desobrigará o Município de Entre-Ijuís ao pagamento dos valores pactuados, sujeitando-se à empresa as penalidades vigentes.

IX. Não tolera qualquer prática de corrupção e incentiva todos os funcionários, colaboradores, fornecedores a relatarem qualquer tipo de suspeita de atos ilícitos. Sempre que é observado um comportamento considerado inadequado ou que viole os princípios da ética e moralidade, deverá ser comunicar o fato o mais rápido possível. Os colaboradores devem sempre agir de modo transparente e honesto em relação a todos e quaisquer processos ou procedimentos que envolvam licitações ou contratações com a administração pública. São expressamente proibidas todas as ações que possam ser caracterizadas como de vantagem indevida ao agente público.

X. Que atendemos aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade sócio-ambiental, respeitando as normas de proteção do meio ambiente, em especial a da *Instrução Normativa nº 01/2010*;

XI. que não está sob pena de interdição temporária dos direitos de que trata o *art. 10 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998*.

XII. que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da *Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009*.

XIII. que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos *incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal*;

XIV. que o conteúdo da proposta apresentada para participar deste Pregão Eletrônico não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante do órgão licitante antes da abertura oficial das propostas;

XV. que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Eletrônico quanto a participar ou não da referida licitação.



Estado do Rio Grande do Sul
**PREFEITURA MUNICIPAL DE
ENTRE-IJUÍ**

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89 971.782/0001-10
Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani
E-mail: licitacao@pmei.rs.gov.br – Fone: (55) 2120-2779
<http://www.entreijuis.rs.gov.br>



XVI. DECLARA que a empresa atende a todos os requisitos de habilitação para participação em procedimentos licitatórios, bem como RESPONSABILIZA-SE pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante.

Obs: O presente instrumento poderá ser assinado com a utilização de *ferramenta de assinatura e validação eletrônica*, nos termos do [artigo 10º, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200/01](#).

E, por ser expressão da verdade, sob as penas da lei, firmo a presente declaração.

...../RS,de de 2025.

EMPRESA
CNPJ sob nº
representante
EMPRESA



Estado do Rio Grande do Sul
**PREFEITURA MUNICIPAL DE
ENTRE-IJUIS**

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89.971.782/0001-10
Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani
E-mail: licitacao@pmei.rs.gov.br – Fone: (55) 2120-2779
<http://www.entreijuis.rs.gov.br>



**ANEXO IV – MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) Nº 026/2025
Processo Administrativo Nº 098/2025**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º ____/2025

O **MUNICÍPIO DE ENTRE-IJUIS/RS**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa estabelecida na Rua Francisco Richter, n.º 601, CNPJ-MF n.º 89.971.782/0001-10, neste ato representado pelo Prefeito Municipal de Entre-Ijuís, Sr. Brasil Antonio Sartori, brasileiro, casado, portador do CPF n.º 218.137.440-68, RG n.º 3033511571 SSPPC DF, residente e domiciliado neste município, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para **REGISTRO DE PREÇOS nº 026/2025**, publicada no de/...../20....., **Processo Administrativo nº 098/2025**, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na *Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021 e suas alterações, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006* e alterações, do *Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019*, no *Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, Decreto Municipal nº 02 de 03 de janeiro de 2024*, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata de Registro de Preços para futura e eventual Contratação de empresa especializada para fornecimento materiais de copa e cozinha, higiene e limpeza para atender as demandas do Município de Entre-Ijuís/RS e Câmara Municipal de Vereadores, pelo período de 12 meses, conforme especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência constante do **Anexo I** e demais documentos constantes do processo administrativo em epígrafe.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

Nº do item	Descrição completa	Unidade	Quant	Valor unitário	Valor total
1					
2					
3					
4					

3. FORNECEDORES E CADASTRO DE RESERVA

3.1. Figura como primeira classificada e DETENTORA desta Ata de Registro de Preços a empresa, inscrita no CNPJ sob o n.º, estabelecida na Rua, CEP:, Telefone (), e-mail: Dados Bancários: Banco agência nº – conta corrente nº

3.2. Consultadas as empresas participantes do Pregão Eletrônico que precedeu esta Ata, nos termos do *Decreto Municipal n.º 02/2024*, nenhuma concordou em fornecer ao preço ofertado, na licitação, pela DETENTORA da Ata

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR



Estado do Rio Grande do Sul
**PREFEITURA MUNICIPAL DE
ENTRE-IJUI'S**

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89 971.782/0001-10
Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani
E-mail: licitacao@pmei.rs.gov.br – Fone: (55) 2120-2779
<http://www.entreijuis.rs.gov.br>



3.1. O órgão gerenciador será o Município de Entre-Ijuís/RS

4. DA ADESAO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A ata de registro de preços, durante sua validade, não poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório.

5. VALIDADE DA ATA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, a partir da homologação do pregão, podendo ser prorrogada por igual período renovando as quantidades.

6. REVISÃO E CANCELAMENTO

6.1. A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

6.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

6.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

6.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

6.4.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original. **Pregão Eletrônico (SRP) nº 026/2025 – Processo nº 098/2025.**

6.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

6.5.1. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

6.5.2. convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

6.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

6.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:

6.7.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;

6.7.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

6.7.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

6.7.4. sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

6.8. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 6.7.1, 6.7.2 e 6.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.



Estado do Rio Grande do Sul
**PREFEITURA MUNICIPAL DE
ENTRE-IJUÍS**

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89 971.782/0001-10
Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani
E-mail: licitacao@pmei.rs.gov.br – Fone: (55) 2120-2779
<http://www.entreijuis.rs.gov.br>



6.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

6.9.1. por razão de interesse público; ou

6.9.2. a pedido do fornecedor.

7. DAS PENALIDADES

7.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.

7.2. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, *art. 8º, inciso VII, do Decreto nº 11.462/2023* e alterações, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade, *art. 8º, inciso IX, do Decreto nº 11.462/2023* e alterações.

7.3. O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no *Decreto nº 11.462/2023*, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

8. CONDIÇÕES GERAIS

8.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, **Anexo I** do Edital.

8.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o *artigo 125 da Lei nº 14.133/21*, nos termos do *art. 23 do Decreto nº 11.462/2023*.

8.3. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação dos itens nas seguintes hipóteses.

8.3.1. contratação da totalidade dos itens de grupo, respeitadas as proporções de quantitativos definidos no certame; ou

8.3.2. contratação de item isolado para o qual o preço unitário adjudicado ao vencedor seja o menor preço válido ofertado para o mesmo item na fase de lances

8.4. A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, será anexada a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do *art. 18, inciso II, alínea "a" do Decreto nº. 11.462, de 2023* e suas alterações.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em duas vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Entre-Ijuís/RS, ____ de _____ de 2025.

Representante legal do órgão gerenciador e

Representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(es) registrado(s)



Estado do Rio Grande do Sul
**PREFEITURA MUNICIPAL DE
ENTRE-IJUÍ**

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89.971.782/0001-10
Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani
E-mail: licitacao@pmei.rs.gov.br – Fone: (55) 2120-2779
<http://www.entreijuis.rs.gov.br>



ANEXO V – MINUTA DO CONTRATO

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/....., PARA
AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE COPA E COZINHA,
HIGIENE E LIMPEZA, QUE CELEBRAM ENTRE SI
O MUNICÍPIO DE ENTRE-IJUÍ, E A
EMPRESA.....**

O **Município de Entre-Ijuís/RS**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa estabelecida na Rua Francisco Richter, n.º 601, CNPJ-MF n.º 89.971.782/0001-10, neste ato representado pelo Prefeito Municipal de Entre-Ijuís, Sr. Brasil Antonio Sartori, brasileiro, casado, portador do CPF n.º 218.137.440-68, RG n.º 3033511571 SSP PC DF, residente e domiciliado neste município, doravante designada **CONTRATANTE**, e, a Empresa XXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXX XXXX, CNPJ n.º XXXXXXXX/0001-XX, estabelecida na Rua.....,, RS, Fone/Fax: (XX), neste ato representada por seu representante legal,....., Diretor, doravante designada **CONTRATADO**, tendo em vista o que consta no **Processo nº 098/2025**, e em observância às disposições regida pelas *Leis Federais: nº 14.133 de 01 de abril de 2021, Lei nº 14.770 de 22 de dezembro de 2023 e Complementar nº 123/2006*, bem como na forma do *Decreto Municipal nº 03/2024 de 03 de janeiro de 2024* e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico (SRP) n.º 026/2025**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é Contratação de empresa especializada para fornecimento materiais de copa e cozinha, higiene e limpeza para atender as demandas do Município de Entre-Ijuís/RS e Câmara Municipal de Vereadores, pelo período de 12 meses, pelo período de 12 (doze), nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

Nº do item	Descrição completa	Unidade	Quant	Valor unitário	Valor total
1					
2					
3					

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. A Proposta do contratado;

1.3.3. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, na forma do *artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021*, prorrogável sucessivamente por até 10 anos na forma dos *artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021*.

2.1.1. Quando houver a renovação do prazo do contrato, os quantitativos também se renovarão.



Estado do Rio Grande do Sul
**PREFEITURA MUNICIPAL DE
ENTRE-IJUÍ**

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89 971.782/0001-10
Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani
E-mail: licitacao@pmei.rs.gov.br – Fone: (55) 2120-2779
<http://www.entreijuis.rs.gov.br>



2.2.O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS ([art. 92, IV, VII e XVIII](#))

3.1.O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1.Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA - DA FISCALIZAÇÃO ([art. 117, caput](#))

5.1.As disposições relativas à fiscalização contratual estão previstas no Termo de Referência - **Anexo I**.

5.2.O **CONTRATANTE** exercerá ampla e irrestrita fiscalização na execução objeto contratado, a qualquer hora, por meio do gestor e fiscais do contrato, nos termos do [art. 117, caput, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

5.3.A forma de comunicação entre os gestores ou fiscais do Município e o preposto da **CONTRATADA** será realizada preferencialmente por meio eletrônico: licitacao@pmei.rs.gov.br e telefone (55) 2120-2779, de segunda à sexta-feira, das 08h às 11h30min, e, das 13h30min às 17h.

5.4.A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

Fiscalização técnica:

Marcelo Roberto da Silva ((Camara Municipal de Vereadores)
Vandrieli Santos Bueno (Gabinete)
Eduardo Wentz ((Sec. de Administração)
Michele Adalgiza Ramos ((Secretaria da Fazenda e Planejamento)
Mateus Muller (Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio)
Caroline Tretter da Silveira (Secretaria de Transportes e Obras Públicas)
Jocenara Vidor (Sec. de Educação, Turismo e Esportes)
Erik Felipe Beskow (Sec. de Saúde)
Jhessica Muller da Silveira Spat (Sec. de Assistência Social)

Fiscalização Administrativa:

Tatiana Massalai Pettenon (Camara Municipal de Vereadores)
Vitoria Damião da Silva (Gabinete)
Pablo Bernardes Krejci (Sec. de Administração)
Raquel C. Arruda Mucha (Secretaria da Fazenda e Planejamento)
Wagner Klamt (Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio)
Boleslau Millani Obadowski (Secretaria de Transportes e Obras Públicas)
Aline Marques de Lima (Sec. de Educação, Turismo e Esportes)
Walquiria Kessler Moscon (Sec. de Saúde)



Estado do Rio Grande do Sul
**PREFEITURA MUNICIPAL DE
ENTRE-IJUÍS**

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89 971.782/0001-10
Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani
E-mail: licitacao@pmei.rs.gov.br – Fone: (55) 2120-2779
<http://www.entreijuis.rs.gov.br>



Camila Balzan Trombetta (Sec. de Assistência Social)

Gestor do Contrato:

Cristiano Weber (Camara Municipal de Vereadores)
Vitória Damião da Silva (Gabinete e Secretaria da Administração)
Deise Caroline Dala Rosa da Silva (Secretaria da Fazenda e Planejamento)
Marcia Kusler (Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio)
Daltro Moura (Secretaria de Transportes e Obras Públicas)
Regina Aparecida Machado de Souza (Sec. de Educação, Turismo e Esportes)
Lawrence Uggeri Pizetta (Sec. de Saúde)
Jhessica Muller da Silveira Spat (Sec. de Assistência Social)

5.5. São competências do Fiscal Técnico:

I - zelar pelo efetivo cumprimento das obrigações contratuais assumidas e pela qualidade dos produtos fornecidos e dos serviços prestados;

II - verificar se a entrega de materiais ou a prestação de serviços (bem como seus preços e quantitativos) está sendo cumprida de acordo com o instrumento contratual e o instrumento convocatório;

III - acompanhar, fiscalizar e atestar as aquisições e a execução dos serviços, de acordo com o objeto contratado; e

IV - indicar eventuais descumprimentos contratuais para que, mediante processo administrativo, sejam devidamente apurados.

5.6. O gestor e o fiscal do contrato poderão solicitar à **CONTRATADA** informações complementares para acompanhamento de questões relacionadas ao Objeto do Edital.

5.7. A fiscalização do **CONTRATANTE** poderá exigir a substituição de qualquer preposto da **CONTRATADA**, mediante decisão motivada do gestor do contrato.

5.8. A fiscalização anotará em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização dos descumprimentos observados.

5.9. A fiscalização exercida não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade verificada durante a execução deste contrato.

CLÁUSULA SEXTA – PREÇO (art. 92, V)

6.1. O valor total da contratação é de (.....)

6.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SETIMA- PAGAMENTO (art. 92, V e VI)



Estado do Rio Grande do Sul
**PREFEITURA MUNICIPAL DE
ENTRE-IJUÍ**

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89 971.782/0001-10
Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani
E-mail: licitacao@pmei.rs.gov.br – Fone: (55) 2120-2779
<http://www.entreijuis.rs.gov.br>



7.1.O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, **Anexo I** a este Contrato.

CLÁUSULA OITAVA - REAJUSTE (art. 92, V)

8.1.Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano da data limite para a apresentação das propostas.

8.2.Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA/IBGE**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.3.Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.4.No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.5.Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.6.Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.7.Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.8.O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

9.1.São obrigações do Contratante:

9.2.Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

9.3.Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência **Anexo I**;

9.4.Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

9.5.Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

9.6.Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#);



Estado do Rio Grande do Sul
**PREFEITURA MUNICIPAL DE
ENTRE-IJUÍS**

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89 971.782/0001-10
Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani
E-mail: licitacao@pmei.rs.gov.br – Fone: (55) 2120-2779
<http://www.entreijuis.rs.gov.br>



9.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

9.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

9.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

9.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

9.10.1. A Administração terá o prazo de *10 (dez) dias* a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

9.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 20 (vinte) dias.

9.12. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso *do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021*.

9.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA DECIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO ([art. 92, XIV, XVI e XVII](#))

10.1. Fornecer os materiais objeto deste contrato em conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência, em perfeitas condições de consumo, dentro dos prazos estabelecidos e com a qualidade exigida, conforme previstas no Edital;

10.2. Garantir que os produtos estejam devidamente acondicionados, transportados e entregues em condições higiênico-sanitárias adequadas, obedecendo às normas da Vigilância Sanitária e demais legislações pertinentes;

10.3. Substituir, qualquer item que apresente defeito, esteja em desacordo com as especificações contratadas ou que não atenda às condições de qualidade exigidas;

10.4. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e de transporte resultantes da execução do contrato e ou fornecimentos do objeto;

10.5. Responder pelos danos causados diretamente a Prefeitura Municipal de Entre-Ijuís ou a terceiros, por seus funcionários ou decorrentes da sua culpa ou dolo na execução do contrato, indenizando os danos motivados, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pela contratante;

10.6. Realizar a entrega dos gêneros alimentícios de forma pontual, nas quantidades, locais e datas previamente definidos pela Administração, utilizando transporte adequado e sob condições que garantam a integridade e segurança dos produtos até o destino final;

10.7. Realizar vistoria nos veículos assegurados, antes da assinatura do contrato; caso contrário acatará a recepção dos mesmos na condição de perfeito estado;



Estado do Rio Grande do Sul
**PREFEITURA MUNICIPAL DE
ENTRE-IJUIS**

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89.971.782/0001-10

Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani

E-mail: licitacao@pmei.rs.gov.br – Fone: (55) 2120-2779

<http://www.entreijuis.rs.gov.br>



10.8 Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem sub-contratar qualquer parte do objeto do contrato, sem prévio consentimento, por escrito, deste órgão licitante.

10.9. Atender a todas as solicitações de contratação efetuadas durante a vigência do Contrato ou Ata de Registro de Preços, limitada ao quantitativo de cada item;

10.10. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

10.11. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II da Lei 14.133/21](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

10.12. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

10.13. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o ([Código de Defesa do Consumidor \(Lei nº 8.078, de 1990\)](#)), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

10.14. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do [artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

10.15. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

10.16. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

10.17. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

10.18. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

10.19. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

10.20. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.



Estado do Rio Grande do Sul
**PREFEITURA MUNICIPAL DE
ENTRE-IJUIS**

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89 971.782/0001-10
Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani
E-mail: licitacao@pmei.rs.gov.br – Fone: (55) 2120-2779
<http://www.entreijuis.rs.gov.br>



10.21. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

10.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

10.23. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

10.24. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116 da Lei 14.133/21](#));

10.25. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único da Lei 14.133/21](#));

10.26. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.27. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

10.28. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD-LEI DE PROTEÇÃO DE DADOS

11.1. As partes deverão cumprir [a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 \(LGPD\)](#), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

11.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do [art. 6º da LGPD](#).

11.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

11.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

11.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do [art. 15 da LGPD](#), é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do [art. 16 da LGPD](#), incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

11.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.



Estado do Rio Grande do Sul
**PREFEITURA MUNICIPAL DE
ENTRE-IJUÍ**

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89 971.782/0001-10
Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani
E-mail: licitacao@pmei.rs.gov.br – Fone: (55) 2120-2779
<http://www.entreijuis.rs.gov.br>



11.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

11.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

11.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

11.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados ([art. 37 da LGPD](#)), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

11.11. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

11.12. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

11.13. Os contratos e convênios de que trata o [§ 1º do art. 26 da LGPD](#) deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – GARANTIA DO OBJETO ([art. 92, XII](#))

12.1. O prazo de garantia da execução é de no mínimo 12 (doze) meses, contados da emissão da nota fiscal e do recebimento dos gêneros alimentícios. ([Código Civil em seu §1º Art. 445](#)).

Caso o fornecedor possua uma garantia maior do que a determinada no presente Termo de Referência, prevalecerá a maior.

12.2. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, é de no mínimo 12 (doze) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto, em conformidade com as condições e especificações constante no Termo de Referência - **Anexo I** - parte integrante do edital.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ([art. 92, XIV](#))

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a. der causa à inexecução parcial do contrato;
- b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c. der causa à inexecução total do contrato;
- d. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;



Estado do Rio Grande do Sul
**PREFEITURA MUNICIPAL DE
ENTRE-IJUI'S**

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89 971.782/0001-10
Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani
E-mail: licitacao@pmei.rs.gov.br – Fone: (55) 2120-2779
<http://www.entreijuis.rs.gov.br>



e.apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f.praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g.comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h.praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

13.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i.Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

j.Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

l.Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).de acordo com **Anexo III** do Edital.

m.Multa:

1. Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

2. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 13.1, de 10% do valor do Contrato.

3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 13.1, de 10% do valor do Contrato.

4. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 13.1, a multa será de 0,5 % a 30 % do valor do Contrato.

5. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 13.1, a multa será de 0,5 % a 30 % do valor do Contrato.

6. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 13.1, a multa será de 0,5 % a 30 % do valor do Contrato.

7. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

8. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

13.3. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

13.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).



Estado do Rio Grande do Sul
**PREFEITURA MUNICIPAL DE
ENTRE-IJUÍ**

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89 971.782/0001-10
Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani
E-mail: licitacao@pmei.rs.gov.br – Fone: (55) 2120-2779
<http://www.entreijuis.rs.gov.br>



13.5. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (*trinta*) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.6. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.7. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

a. a natureza e a gravidade da infração cometida;

b. as peculiaridades do caso concreto;

c. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d. os danos que dela provierem para o Contratante;

e. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.8. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos [na Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida [Lei \(art. 159\)](#).

13.9. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

13.10. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

13.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

13.12. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))



Estado do Rio Grande do Sul
**PREFEITURA MUNICIPAL DE
ENTRE-IJUÍ**

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89 971.782/0001-10

Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani

E-mail: licitacao@pmei.rs.gov.br – Fone: (55) 2120-2779

<http://www.entreijuis.rs.gov.br>



14.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

14.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

14.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

14.4. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual

14.5. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139 da Lei 14.133/21](#).

2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

14.6. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

3. Indenizações e multas.

14.7. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

14.8. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau ([art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

01.01 – CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

010310001.2001000- MANUTENCAO DAS ATIVIDADES LEGISLATIVAS

02.01 – GABINETE DO PREFEITO

0412200022.002000 - MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO GABINETE



Estado do Rio Grande do Sul
**PREFEITURA MUNICIPAL DE
ENTRE-IJUÍS**

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89 971.782/0001-10
Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani
E-mail: licitacao@pmei.rs.gov.br – Fone: (55) 2120-2779
<http://www.entreijuis.rs.gov.br>



03.01-SECRETARIA GERAL E DE ADMINISTRAÇÃO

0412200022.011000 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

04.01 – SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA E PLANEJAMENTO

0412200022.016000 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES FAZENDÁRIAS

05.01- SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA COMÉRCIO E INDUTRIA

0412200022.02000 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA

06.01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E OBRAS PUBLICAS

0412200022.037000- MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SECRETARIA

07.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, TURISMO E ESPORTES

1236507012.329000 – VALOR ALUNO X ALUNO RESULTADO – VAAR- PRÉ ESCOLA

1236507012.328000 – VALOR ALUNO X ALUNO RESULTADO – VAAR- CRECHE

1236107022.330000 – VALOR ALUNO X ALUNO RESULTADO – VAAR- ENSINO FUNDAMENTAL

08.01 –SEC. MUN. DE SAÚDE

1030108012.093000 – MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAUDE

09.01 –SEC. MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

082440902.2271000 - PROTECAO SOCIAL BASICA

3.3.90.30 – MATERIAL DE CONSUMO

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS ([art. 92, III](#))

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), [Lei nº 14.770 de 22 de dezembro de 2023](#) e [Complementar nº 123/2006](#), bem como na forma do [Decreto Municipal nº 03/2024 de 03 de janeiro de 2024](#) e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA – ALTERAÇÕES

17.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

17.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

17.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês ([art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

17.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – PUBLICAÇÃO

18.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial



Estado do Rio Grande do Sul
**PREFEITURA MUNICIPAL DE
ENTRE-IJUÍ**

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89 971.782/0001-10
Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani
E-mail: licitacao@pmei.rs.gov.br – Fone: (55) 2120-2779
<http://www.entreijuis.rs.gov.br>



do Município, em atenção ao [art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#), e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

17.2. Em se tratando de contratação por Pregão Eletrônico, o contrato e seus aditamentos deverão ser divulgados em 20 dias úteis, contados da data de sua assinatura, conforme o [inciso II do art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – FORO ([art. 92, §1º](#))

19.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em Santo Ângelo, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

Entre-Ijuís, ____ de _____ de 2025

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

- 1-
- 2-



Estado do Rio Grande do Sul
**PREFEITURA MUNICIPAL DE
ENTRE-IJUÍS**

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89 971.782/0001-10
Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani
E-mail: licitacao@pmei.rs.gov.br – Fone: (55) 2120-2779
<http://www.entreijuis.rs.gov.br>



**ANEXO VI - MODELO DE DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESA
E EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

A empresa, inscrita no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr. (a)....., portador(a) da Carteira de Identidade nº.....e o CPF nº....., **DECLARA**, para fins legais, sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais para a sua qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte nas condições do Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, instituído pela *Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006*, em especial quanto ao seu *art. 3º*; que está apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos *art. 42 a 49* da referida Lei Complementar e que não se enquadra nas situações relacionadas *no §4º do art. 3º da citada Lei Complementar*.

_____, _____ de _____ de 20____.

Representante Legal



Estado do Rio Grande do Sul
**PREFEITURA MUNICIPAL DE
ENTRE-IJUI'S**

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89 971.782/0001-10
Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani
E-mail: licitacao@pmei.rs.gov.br – Fone: (55) 2120-2779
<http://www.entreijuis.rs.gov.br>



ANEXO VII: VALOR DE REFERÊNCIA

ITEM	PRODUTOS	QUANT	UNID	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	Acendedor automático para fogão à gás , medidas mínimas 22 x 2,5 x 1,5 cm. Ideal para acender fogões caseiros e industriais. Material: plástico e metal	38	UNID	22,43	852,34
2	Assadeira alta retangular grande , em alumínio polido, medidas de 44x29cm	50	UNID	46,70	2.335,00
3	Bacia em aço inox funda , medidas mínimas 28cm altura com capacidade mínima 2,5litros	31	UNID	22,72	704,32
4	Bacia em aço inox funda , medidas mínimas 40cm altura com capacidade mínima 10l	29	UNID	48,48	1.405,92
5	Bandeja de isopor rasa na cor branca 21cmX14cmX1,8cm - fardo com 100 unidades	5	UNID	28,23	141,15
6	Bandeja em aço inoxidável , dimensão mínima 51X35X2 cm, capacidade mínima 12,5 litros.	28	UNID	94,92	2.657,76
7	Bobina picotada saco plástico para alimentos , reforçado embalagem 30x38cm de 5 lt com 500 unidades.	260	UNID	24,41	6.346,60
8	Caixa organizadora plástica extraforte , retangular, tampa com trava reforçada, de 20 litros, material de boa qualidade e resistente.	66	UNID	26,20	1.729,20
9	Caixa organizadora plástica extraforte , retangular, tampa com trava reforçada, de 50 litros, material de boa qualidade e resistente.	77	UNID	56,26	4.332,02
10	Caneca Xicara Pequena Aço Inox , dimensões compactas (9,5 x 7 x 7 cm), capacidade 250 MI, com alça resistente	240	UNID	16,53	3.967,20
11	Chaleira elétrica , inox, capacidade de 1,8 lts, com Controle de Temperatura, 220 v, Luz indicadora, Desligamento automático	15	UNID	191,40	2.871,00
12	Chaleira em Alumínio Nº 24 capacidade 7L, cabo de Baquelite antitérmico, altura de 30 cm, diâmetro de 24cm	4	UNID	142,37	569,48
13	Colher de sopa toda em inox , bordas arredondadas, tipo Tramontina, tamanho mínimo 19,5cm de boa qualidade e durabilidade, ideal para uso nas escolas, kit com 12 peças	120	UNID	32,44	3.892,80
14	Colher grande para servir em inox , bordas levemente onduladas, bojo com profundidade, tipo Tramontina, medidas mínimas C x L x A: 44 x 65 x 345 milímetros de boa qualidade e durabilidade	17	UNID	24,79	421,43
15	Colher plástica descartável para refeição , 16,5cm de comprimento, plástico, transparente ou branca, embalagem c/ 50 unidades.	52	UNID	5,08	264,16



Estado do Rio Grande do Sul
**PREFEITURA MUNICIPAL DE
ENTRE-IJUI'S**

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89.971.782/0001-10

Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani

E-mail: licitacao@pmei.rs.gov.br – Fone: (55) 2120-2779

<http://www.entreijuis.rs.gov.br>



16	Concha em Aço inoxidável , estilo clássico 90°, Tamanho mínimo 40 cm de boa qualidade e durabilidade, tipo Tramontina.	8	UNID	36,13	289,04
17	Copo descartável plástico transparente, capacidade mínima 200ml, atóxico, em tiras com 100 copos.	140	TIRAS	6,35	889,00
18	Copo em aço inoxidável, 100% inox , com capacidade de 250ml, sem alça, na cor prata, ideal para uso nas escolas, resistente, borda fina	60	UNID	7,96	477,60
19	Copo térmico de isopor descartável 240 ml , cor branca – embalagem c/ 100 unidades	20	TIRAS	42,62	852,40
20	Copos de vidro de 310 ml, jogo com 6 unidades	10	JOGO	20,26	202,60
21	Escumadeira produzida em aço inox C/ Medidas: 50 x 12,5 cm. Para uso em cozinha industrial.	6	UNID	24,10	144,60
22	Espetinho de bambu com 25 cm – embalagem c/ 50 unidades	10	PCT	3,69	36,90
23	Faca profissional de carne em Aço inoxidável, tipo Tramontina , com cabo em polipropileno, tamanho mínimo 8".	10	UNID	58,01	580,10
24	Filme PVC esticável , mínimo 38cm x 300metros x 10micras, apropriado para geladeira, freezers e forno de microondas	250	UNID	37,77	9.442,50
25	Filtro de café nº 103, tipo Melitta, cx. c/ 30 unidades	32	UNID	5,52	176,64
26	Filtro de pano para café , reutilizável, confeccionado em tecido 100% algodão (tipo flanela ou morim), com costura reforçada e suporte em aro metálico ou haste plástica resistente. Medidas aproximadas: 10 a 12 cm de diâmetro. Lavável, atóxico, próprio para uso com alimentos. Embalado individualmente, com identificação do fabricante.	5	UNID	10,26	51,30
27	Fósforo para acender fogão à gás , extra longo, tamanho mínimo 9cm, caixa com 50 palitos. Composição: Fósforo, clorato de potássio e aglutinantes. Ideal para acender fogões caseiros e industriais.	15	CAIXA	5,52	82,80
28	Garfo de sobremesa descartável , fabricado em plástico polipropileno (PP) ou poliestireno (PS), material atóxico e próprio para contato com alimentos. Cor: branca ou translúcida. Tamanho padrão sobremesa (aproximadamente 13 cm). Resistência compatível com uso em alimentos sólidos. Embalagem com 50 unidades, devidamente lacrada, contendo identificação do fabricante, lote e validade.	30	PCT	3,58	107,40
29	Garrafa Térmica, capacidade mínima 1,8 Litros , com ampola em aço inox inquebrável, tampa em polipropileno (PP), para líquidos quentes e frios, moderno sistema a vácuo com maior preservação da temperatura, base giratória, com Alavanca Preto/Inox	20	UNID	123,94	2.478,80
30	Guardanapo de papel, medidas mínimas 22 x 20 , gofrado, folha simples, composição 100% celulose, resistente, papel branco e macio com alto poder de	529	PCT	2,51	1.327,79



Estado do Rio Grande do Sul
**PREFEITURA MUNICIPAL DE
ENTRE-IJUÍS**

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89.971.782/0001-10
Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani
E-mail: licitacao@pmei.rs.gov.br – Fone: (55) 2120-2779
<http://www.entreijuis.rs.gov.br>



	absorção, embalagem com 50 cada, com laudo microbiológico.				
31	Embalagem para Hambúrguer –Galvanotek GA 12 Plástico, Pacote com 100 Unidades Embalagem plástica descartável para hambúrguer, fabricada em material atóxico e resistente. Formato adequado para acondicionar hambúrgueres de forma segura e higiênica. Embalagem com 100 unidades. Medidas externas: 153 mm (15,3 cm) x 149 mm (14,9 cm) x 86 mm (8,6 cm). Medidas internas: 112 mm (11,2 cm) x 112 mm (11,2 cm) x 75 mm (7,5 cm).	600	UNID	95,16	57.096,00
32	Jarra de plástico reforçado, com capacidade para 4 litros , fabricada em material resistente (polipropileno ou similar), atóxico, livre de BPA, própria para uso com alimentos e bebidas. Acompanha tampa ajustável, com boa vedação.	6	UNID	26,51	159,06
33	Jarra de vidro, com capacidade para 2 litros , confeccionada em vidro transparente de alta resistência, própria para uso com alimentos e bebidas. Acompanha tampa com vedação eficiente, podendo ser de plástico, inox ou silicone.	6	UNID	51,68	310,08
34	Jarra plástica com tampa, capacidade para 3 litros , fabricada em plástico resistente (polipropileno ou similar), base transparente, atóxica, livre de BPA, própria para uso com alimentos e bebidas. Acompanha tampa ajustável com boa vedação.	5	UNID	18,92	94,60
35	Palito de Picolé em Madeira Ponta Arredondada, 11 x 1,1 x 0,3 cm Embalagem com 100 Unidades Palito de picolé fabricado em madeira de reflorestamento, com acabamento liso e bordas arredondadas nas extremidades para maior segurança no manuseio. Medidas aproximadas: 11 cm de comprimento, 1,1 cm de largura e 0,3 cm de espessura. Produto atóxico, resistente e ideal para uso em atividades escolares, artesanato, culinária, entre outros. Embalagem com 100 (cem) unidades, devidamente acondicionadas e protegidas contra umidade e contaminações. Produto novo, de primeira linha e em conformidade com as normas sanitárias aplicáveis.	10	PCT	5,88	58,80
36	Panela Caçarola de Alumínio Nº 36 – Capacidade 16 Litros , com Alças e Tampa Panela caçarola fabricada em alumínio de alta resistência, modelo nº 36, com capacidade nominal de 16 litros. Possui acabamento externo e interno lixado ou polido, facilitando a higienização. Acompanha tampa do mesmo material, com encaixe preciso, e alças laterais reforçadas em alumínio, rebitas para maior segurança no manuseio. Indicada para uso em cozinhas industriais, escolares, hospitalares e	4	UNID	183,11	732,44



Estado do Rio Grande do Sul
**PREFEITURA MUNICIPAL DE
ENTRE-IJUIS**

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89 971.782/0001-10

Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani

E-mail: licitacao@pmei.rs.gov.br – Fone: (55) 2120-2779

<http://www.entreijuis.rs.gov.br>



	institucionais. Produto durável, leve, resistente à corrosão e compatível com normas de segurança e qualidade vigentes.				
37	Panela Caçarola de Alumínio Nº 38 – 20 Litros , com Alças e Tampa. Panela em alumínio reforçado, capacidade de 20 litros, com alças laterais rebitadas e tampa do mesmo material. Acabamento polido ou lixado, resistente, leve e de fácil higienização. Ideal para uso institucional e cozinhas industriais.	4	UNID	175,47	701,88
38	Panela Caçarola de Alumínio Polido Nº 38 – Capacidade Mínima 20 Litros, com Tampa e Pegadores Laterais. Panela caçarola confeccionada em alumínio polido, com capacidade mínima de 20 litros. Acompanha tampa em alumínio e pegadores laterais fixados para maior segurança e facilidade no manuseio. Produto resistente, leve e indicado para uso em cozinhas escolares, industriais e institucionais.	12	UNID	203,07	2.436,84
39	Panela de pressão de 10 l , com fechamento externo, revestimento antiaderente e com Tampa Polida, duas válvulas adicionais para saída de pressão, trabalha sob pressão de 80 Kpa, Certificada pelo INMETRO, garantia de fábrica de 2 anos.	2	UNID	232,80	465,60
40	Panela de pressão de 15L , com fechamento externo, revestimento antiaderente e com Tampa Polida, duas válvulas adicionais para saída de pressão, trabalha sob pressão de 80 Kpa, Certificada pelo INMETRO, garantia de fábrica de 2 anos	4	UNID	453,89	1.815,56
41	Pegador em Aço Inoxidável –Dimensões Mínimas 28 x 4,8 x 4,8 cm Pegador confeccionado em aço inoxidável de boa qualidade e alta durabilidade, resistente à corrosão, próprio para uso alimentar. Dimensões mínimas: 28 cm de comprimento, 4,8 cm de largura e 4,8 cm de altura. Ideal para uso em cozinhas industriais, escolares e serviços de alimentação. Produto higiênico, fácil de limpar e resistente ao calor.	17	UNID	13,59	231,03
42	Peneira Fina em Aço Inoxidável – Diâmetro Mínimo de 24 cm, com Suporte. Peneira fina confeccionada em aço inoxidável de alta qualidade, resistente à corrosão, ideal para uso alimentar. Possui malha fina para melhor filtragem e suporte de apoio para acomodação em recipientes. Diâmetro mínimo de 24 cm. Produto durável, higiênico e de fácil limpeza, indicado para uso em cozinhas industriais, escolares e institucionais.	10	UNID	19,64	196,40
43	Pote de plástico com tampa , polipropileno, parede espessa e alta resistência, com fechamento hermético, Vai ao Freezer: -20°C - e Micro-ondas: +110° C, mínimo 5 litros, quadrado ou retangular	70	UNID	21,61	1.512,70
44	Pote de vidro com tampa , redondo ou retangular	70	UNID	30,77	2.153,90



Estado do Rio Grande do Sul
**PREFEITURA MUNICIPAL DE
ENTRE-IJUI'S**

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89 971.782/0001-10

Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani

E-mail: licitacao@pmei.rs.gov.br – Fone: (55) 2120-2779

<http://www.entreijuis.rs.gov.br>



	com tampa de polipropileno, com boa vedação hermética em silicone, para freezer e micro-ondas, mínimo 1,5 lt				
45	Potes Plásticos Herméticos, Tampa Fácil, 500 ml, embalagem c/ 3 unidades, cor: Sortidos. Plástico resistente ao Freezer: -20°C - e Micro-ondas: +110° C s	110	UNID	16,55	1.820,50
46	Prato plástico descartável raso 15 cm branco - pct c/ 10 unidades	36	PCT	2,09	75,24
47	Pratos de plástico descartáveis de sobremesa, de 15cm, embalagem c/ 100 unidades	109	PCT	23,05	2.512,45
48	Pratos de vidro temperado resistente, fundo, modelo redondo, que pode ser colocado no freezer ou no microondas, medidas mínimas: 30L x 25W x 30Th centímetros, ideal para uso nas escolas	170	UNID	6,43	1.093,10
49	Pratos em aço inox, para sobremesa, com colherinha, tipo Tramontina, medidas mínimas: 1,2cm/ Diâmetro: 15,3cm, ideal para uso nas escolas, jogo com 12 pcs	60	JOGO	177,46	10.647,60
50	Refratário de vidro grande para servir, vidro temperado, retangular, tamanho mínimo de 5 litros, assadeira funda tipo marinex c/ Tampa.	65	UNID	53,89	3.502,85
51	Rolo de Papel Alumínio – 30 cm x 7,5 m Rolo de papel alumínio atóxico, adequado para uso culinário e contato com alimentos, com largura de 30 cm e comprimento de 7,5 metros. Deve apresentar boa resistência, maleabilidade e vir acondicionado em embalagem individual com serrilha para corte. Validade mínima de 12 meses.	130	UNID	5,59	726,70
52	Tábua de Corte em Polietileno – 50 x 30 cm Tábua retangular para corte de alimentos, fabricada em polietileno atóxico, com alça para manuseio. Dimensões mínimas: 50 x 30 cm, espessura mínima de 3 mm. Resistente, lavável, reutilizável e adequada para uso alimentar. Cor Branca	14	UNID	72,12	1.009,68
53	Jogo de Talheres em Aço Inox – 30 Peças (Tipo Tramontina) Jogo com 30 peças em aço inoxidável, alto padrão de qualidade, adequado para uso doméstico ou institucional. Talheres com acabamento polido, resistentes à corrosão, duráveis e de fácil higienização. O conjunto deve conter garfos, facas e colheres em quantidade proporcional.	12	JOGO	105,38	1.264,56
54	Tigela Redonda (Cumbuca) em Aço Inox – 500 ml Tigela redonda tipo cumbuca, confeccionada em aço 100% inoxidável, com capacidade de 500 ml. Produto resistente, higiênico, atóxico e de fácil limpeza, ideal para uso em escolas, refeitórios e ambientes institucionais.	125	UNID	10,11	1.263,75
55	Álcool Gel Antisséptico 70% INPM – 5 Litros Álcool etílico em gel a 70% INPM, com ação antisséptica, eficaz na eliminação de 99,99% de	51	UNID	37,68	1.921,68



Estado do Rio Grande do Sul
**PREFEITURA MUNICIPAL DE
 ENTRE-IJUÍS**

Rua Francisco Richter, 601
 CNPJ: 89.971.782/0001-10

Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani

E-mail: licitacao@pmei.rs.gov.br – Fone: (55) 2120-2779

<http://www.entreijuis.rs.gov.br>



	bactérias, vírus e germes. Enriquecido com extrato de Aloe Vera, que hidrata a pele e reduz o ressecamento. Embalagem com 5 litros. Produto atóxico, dermatologicamente testado e devidamente registrado na Anvisa.				
56	Álcool Etílico Hidratado 70° INPM, líquido. Embalagem contendo 1 litro , devidamente lacrada, resistente, atóxica e com rótulo impresso contendo data de fabricação, prazo de validade, número de lote e registro no órgão competente (quando aplicável). Produto destinado à higienização e desinfecção de superfícies e ambientes. Validade mínima de 12 meses a partir da data de entrega.	552	UNID	9,67	5.337,84
57	Álcool Etílico Hidratado 70° INPM, líquido: 5 litros , Produto com ação bactericida, fungicida, virucida e antisséptica, indicado para higienização de superfícies e antisepsia em geral. Apresenta alta versatilidade de uso em ambientes institucionais, hospitalares, comerciais ou domiciliares. Embalagem contendo 5 litros, resistente, lacrada, com rótulo impresso informando data de fabricação, prazo de validade, número do lote e nome do fabricante. Validade mínima de 12 meses a partir da data de entrega.	195	UNID	38,95	7.595,25
58	Alvejante à base de Hipoclorito de Sódio (1 Litro) Cloro Ativo 2,5% : Produto com comprovado poder bactericida, indicado para a desinfecção e higienização de superfícies, ambientes e utensílios, promovendo a eliminação eficaz de germes, bactérias e microrganismos. Embalagem contendo 1 litro, devidamente lacrada, com rótulo contendo informações obrigatórias: concentração do cloro ativo, data de fabricação, prazo de validade, número do lote, e nome do fabricante. Produto deve apresentar validade mínima de 12 meses a partir da data de entrega.	370	UNID	4,76	1.761,20
59	Alvejante em Gel com Cloro Ativo – 5Litros Detergente alcalino clorado para limpeza pesada, com ação desinfetante e bactericida. Composição: hipoclorito de sódio, tensoativo aniônico, estabilizantes. Embalagem de 5 litros, com rótulo contendo data de fabricação, validade e lote. Validade mínima de 12 meses.	119	UNID	42,20	5.021,80
60	Alvejante/água sanitária com cloro ativo: (5 Litros) multi uso, composição de hipoclorito de sódio e água, teor de cloro ativo de 2,0% a 2,5%, ação bactericida, para desinfecção de banheiro, cozinhas, pisos, azulejos e paredes, remoção de manchas, embalagem 05 litro. Composição: Hipoclorito de sódio 2% à 2,5% p/p de cloro ativo, hidróxido de sódio, carbonato de cálcio e água. Princípio ativo:	238	UNID	14,73	3.505,74



Estado do Rio Grande do Sul
**PREFEITURA MUNICIPAL DE
ENTRE-IJUÍS**

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89 971.782/0001-10
Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani
E-mail: licitacao@pmei.rs.gov.br – Fone: (55) 2120-2779
<http://www.entreijuis.rs.gov.br>



	Hipoclorito de sódio, de boa qualidade.				
61	Amaciante de roupas: (5 litros) c/ hidraceramidas , diluída na água, com cápsulas de perfume com fórmula que protege as fibras, aromas diversos, embalagem 05 litros, data de fabricação e validade. Composição: tensoativo catiônico, conservantes, corante, opacificante, fragrância neutra. Componente ativo: cloreto de dialquil dimetil amônio de boa qualidade.	70	UNID	14,69	1.028,30
62	Aromatizante, pedra sanitaria perfumada, 25 gr , para limpeza de vaso sanitário, perfumado, com agentes de limpeza e espuma	172	UNID	3,26	560,72
63	Balde tamanho grande: (20 litros) plástico reforçado extra forte, alta qualidade, com alça de ferro , em forma de U, Medidas: interno 31cm x altura 34 cm, capacidade de 20lts.	46	UNID	19,30	887,80
64	Borrifador Pulverizador com Gatilho Manual: Capacidade de 500 ml , fabricado em material resistente, corpo transparente, com sistema de spray por gatilho manual. Ideal para aplicação de líquidos em geral.	59	UNID	7,47	440,73
65	Cera líquida amarela, 750 ml , fácil de aplicar, ideal para madeira e pisos frios, protege, dá brilho e reaviva a cor do piso!	20	UNID	14,10	282,00
66	Cera líquida vermelha, 750 ml , fácil de aplicar, ideal para madeira e pisos frios, protege, dá brilho e reaviva a cor do piso!	50	UNID	8,02	401,00
67	Desengordurante para limpeza pesada de gorduras , concentrado, limpador multiuso, para limpeza de fogão, azulejos, e todo o ambiente de cozinha residencial e cozinha industrial, de baixa alcalinidade, com tensoativo biodegradável, galão de 5 litros.	36	UNID	57,60	2.073,60
68	Desengraxante para lavagem de veículos concentrado : alto poder desengraxante e desincrustante de graxas, óleos e gorduras em geral, lavagem de chassi, motores, para-choques, carrocerias, rodas, pneus e ambientes industriais, galão de 5 litros.	64	UNID	158,68	10.155,52
69	Desinfetante multiuso (5 litros) : com máxima ação fungicida, bactericida e viricida, não corrosivo, limpeza pesada para desinfetar toda a casa: piso, paredes, móveis, bancadas, pias, vasos sanitários etc., aromas diversos: eucalipto, lavanda, floral, marinho e limão, embalagem de 5 litros, Composição: Cloreto de dicil dimetil amônio, cloreto de alquil dimetil benzil amônio, coadjuvantes, 5-cloro-2 metil isotiazolin-3-ona, 2-metil-4 isotiazolin-3-ona, opacificante, fragrância e água. Componentes ativos: cloreto de didecil dimetil amônio/cloreto de alquil dimetil benzil amônio - 0,27% p/p. c/ data fabricação	192	UNID	16,34	3.137,28



Estado do Rio Grande do Sul
**PREFEITURA MUNICIPAL DE
ENTRE-IJUIS**

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89 971.782/0001-10
Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani
E-mail: licitacao@pmei.rs.gov.br – Fone: (55) 2120-2779
<http://www.entreijuis.rs.gov.br>



	e validade.				
70	Desintupidor granulado para vaso sanitário , ralos e pias, tipo diabo verde, 500gr, para remoção de obstruções em tubulações, proporcionando limpeza profunda	10	UNID	26,25	262,50
71	Desintupidor para Vaso sanitário, sugador para WC , reforçado. Emborrachado com cabo em Madeira, Resistente e durável. Leve, higiênica, prática e fácil de se usar, com alta pressão, comprimento 60cm	8	UNID	16,40	131,20
72	Desodorizador de ar, 400 ml , aromatizador e odorizador de ambiente, spray, várias fragâncias	218	UNID	9,99	2.177,82
73	Detergente (sabão) em pó concentrado (lava roupas) , (4kg) multiação, sem perfume e hipoalérgico, biodegradável, com alta capacidade de remoção de manchas, com partículas de extra-limpeza, uso doméstico e industrial, embalagem 4kg, composição: TENSOATIVO ANIÔNICO, TAMPONANTES, COADJUVANTES, SINERGISTA, AQUIL BENZENO SULFONATO DE SÓDIO 11,3%. data fabricação e validade, de boa qualidade, tipo BRILHANTE.	345	UNID	40,49	13.969,05
74	Detergente a base de Metasil, (embalagem 50 litros) desincrustante ácido, desengraxante, alcalino, com tensoativo biodegradável, para limpeza pesada em geral, lavagem de veículos e motores, chassis, pneus, carrocerias de madeira, máquinas, pisos industriais, concentrado, de uso profissional,	65	UNID	58,82	3.823,30
75	Detergente de louça neutro ou clear (5 litros) : biodegradável, com tensoativos biodegradáveis, alta concentração, com alto poder/ação de limpeza, e excelente ação desengordurante em geral, embalagem de 5 litros. Composição: LINEAR ALQUIL BENZENO SULFONATO DE SÓDIO, LINEAR ALQUIL BENZENO SULFONATO DE TRIETANOLAMINA, LAURIL ÉTER SULFATO DE SÓDIO, BRONOPOL, de boa qualidade, TIPO YPÊ	215	UNID	19,76	4.248,40
76	Detergente de louça neutro ou clear (500ml) : biodegradável, com tensoativos biodegradáveis, alta concentração, com alto poder/ação de limpeza, e excelente ação desengordurante em geral, embalagem de 500 ml. Composição: LINEAR ALQUIL BENZENO SULFONATO DE SÓDIO, LINEAR ALQUIL BENZENO SULFONATO DE TRIETANOLAMINA, LAURIL ÉTER SULFATO DE SÓDIO, BRONOPOL, de boa qualidade, TIPO YPÊ	450	UNID	2,29	1.030,50
77	Dispenser (suporte) para papel toalha : interfolhas 2 e 3 dobras, de plástico, cor branca, capacidade mínima 1000 fls, de fixação na parede, plástico reforçado ABS, cor branca, para uso em repartições públicas, com chave plástica e kit contendo buchas e	36	UNID	29,02	1.044,72



Estado do Rio Grande do Sul
**PREFEITURA MUNICIPAL DE
ENTRE-IJUÍS**

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89 971.782/0001-10

Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani

E-mail: licitacao@pmei.rs.gov.br – Fone: (55) 2120-2779

<http://www.entreijuis.rs.gov.br>



	parafusos para fixação na parede				
78	Dispenser (suporte) para sabonete líquido: (saboneteira) , em plástico reforçado ABS, cor branca, com visor central transparente, capacidade mínima 800ml, refil sachê, para uso em repartições públicas, com chave plástica e kit contendo buchas e parafusos para fixação na parede.	35	UNID	31,17	1.090,95
79	Dispenser para papel higiênico rolo de 300 mts , de Plástico Polipropileno tipo termoplástico, Composto Aditivado, Sistema de alavanca, com trava de segurança, medidas aproximadas: Altura: 33,5cm x Largura: 26cm x Comprimento: 23,5cm, capacidade: 1 rolo, que comporte bobina de 196 à 200mm de largura, chave de segurança em cruz.	25	UNID	31,24	781,00
80	Escova para vaso sanitário , com suporte: cabo em plástico resistente e reforçado de polipropileno, cerdas transparente, resistente e reforçada em formato circular, diâmetro da escova 23 cm, de boa qualidade.	58	UNID	13,23	767,34
81	Esponja p/ louça dupla face: tamanho mínimo 100mm X 70mm X 20mm , composição de espuma de poliuretano, fibra sintética com abrasivo, cor verde-amarela, para limpeza profissional leve e média de superfícies em geral, utensílios e equipamentos de cozinhas, remoção de sujeira e gorduras, embal. com 4 unidades.	1078	UNID	4,73	5.098,94
82	Impermeabilizante (polímero ativo metalizado) (5 Litros) : protege e conserva pisos de grande circulação, com elevado poder antiderrapante. Linha institucional. Sua composição: ativo, agente formador de filme, plastificante, agente nivelador, atenuador de espuma, tensoativo não iônico, coadjuvante, conservante e veículo. Princípio ativo: polímero acrílico. Galão 5 litros.	8	UNID	95,13	761,04
83	LIXEIRA PLÁSTICA COM PEDAL 100 LITROS Capacidade de Carga: 100 litros; Confeccionada em polietileno ou polipropileno, com aditivo antioxidante /anti-UV (UV8); Pedal para abertura da tampa que impede o contato com o lixo, tornando sua utilização mais higiênica; Haste, que movimenta o pedal, acoplada na parte externa da lixeira, para impedir o acúmulo de resíduos e facilidade na sua limpeza; Dimensões aproximadas: Altura 92,5cm; Comprimento: 59,5cm; Largura: 42,5cm.	32	UNID	191,57	6.130,24
84	LIXEIRA PLÁSTICA COM PEDAL 50 LITROS Capacidade de Carga: 50 litros; Formato retangular; Confeccionada em polietileno ou polipropileno, com aditivo antioxidante/anti-UV (UV8); Pedal para abertura da tampa que impede o contato com o lixo, tornando sua utilização mais higiênica; Haste, que movimenta o pedal, acoplada na parte externa da	67	UNID	103,67	6.945,89



Estado do Rio Grande do Sul
**PREFEITURA MUNICIPAL DE
ENTRE-IJUI'S**

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89 971.782/0001-10
Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani
E-mail: licitacao@pmei.rs.gov.br – Fone: (55) 2120-2779
<http://www.entreijuis.rs.gov.br>



	lixeira, para impedir o acúmulo de resíduos e facilidade na sua limpeza; Dimensões aproximadas: Altura: 72cm; Largura: 33cm				
85	Lixeira plástica: capacidade mínima 20 litros , com tampa e pedal, super resistente, composição de Resinas termoplásticas, haste rígida que melhora o desempenho na abertura, pedal resistente, reforçado e com acionamento preciso. (OBS: Não pode ser telada).	76	UNID	38,29	2.910,04
86	Lustra moveis, 500 ml , para limpeza, perfume, brilho e proteção dos movies, com diversos aromas.	56	UNID	21,79	1.220,24
87	Luva de látex descartável para procedimento não cirúrgico, tam médio, cx c/ 100 unidades , em borracha natural, superfície lisa, ambidestra, não estéril, com pó bio-absorvível, punho punho com acabamento enrolado reforçado,	3000	CAIXA	28,93	86.790,00
88	Luva de látex p/ limpeza: (tamanho grande) acabamento antiderrapante, impermeável, confortável, ideal para atividades de limpeza, forro de algodão flocado, resistente, virola na extremidade, de boa qualidade	154	UNID	11,93	1.837,22
89	Luva de látex p/ limpeza: (tamanho médio) acabamento antiderrapante, impermeável, confortável, ideal para atividades de limpeza, forro de algodão flocado, resistente, virola na extremidade, de boa qualidade.	155	UNID	10,19	1.579,45
90	Pá Grande com cabo de 70 cm para coleta de lixo , fabricada em material resistente, destinada à coleta de lixo	60	UNID	18,54	1.112,40
91	Palha/esponja de lã de aço, 60g : composição de aço carbono, pcte com 08 unidades, tipo bombril.	514	PCT	3,52	1.809,28
92	Pano de Chão em Microfibras Grande: para limpeza , dimensões de 80C x 50L	134	UNID	11,70	1.567,80
93	Pano De Chão Xadrez Grande : Saco Duplo para limpeza geral, feito em sacaria, 100% algodão, multiuso, absorvente de excelente qualidade. Comprimento x Largura: 70 cm x 45 cm	78	UNID	4,52	352,56
94	Pano de prato , cozinha, atalhado felpudo, em 100% algodão, dimensões: 70cm de comprimento e 45cm de largura, gramatura é de 300 g/m² com excelência absorção	136	UNID	6,12	832,32
95	Papel Higiênico 60m x 10cm : 1ª linha, folha dupla, de alta qualidade, branco luxo de alta qualidade, SUAVE, EXTRA MACIO, ABSORVENTE, gofrado, composto de celulose 100% virgem", com laudo microbiológico do produto de acordo com a portaria 1480 e ficha técnica junto a proposta, fardo c/ 24 rolos.	2200	PCT	30,55	67.210,00
96	Papel Higiênico em rolo de 10x300 mts , neutro, folha dupla, BRANCO LUXO, de boa qualidade, SUAVE MACIO, ABSORVENTE, gofrado, 100%	125	PCT	37,43	4.678,75



Estado do Rio Grande do Sul
**PREFEITURA MUNICIPAL DE
ENTRE-IJUIS**

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89 971.782/0001-10

Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani

E-mail: licitacao@pmei.rs.gov.br – Fone: (55) 2120-2779

<http://www.entreijuis.rs.gov.br>



GESTÃO COM COMPROMISSO,
ENTRE-IJUIS COM FUTURO.
ADMINISTRAÇÃO
2025/2028

	CELULOSE . 4 rolos.				
97	Papel toalha bobina celulose: 1ª linha ,branco luxo, gramatura mínima: 28g/m2, gofrado, tamanho mínimo 6x20cmx200m, composto de "celulose 100% virgem". pacote com 6 unidades.	85	PCT	133,79	11.372,15
98	Papel toalha interfolhado ,100% fibras virgens, 100% biodegradável, extra luxo, gofrado, branco, alto padrão de qualidade, com alta performance de resistência úmida, com dobradura exclusiva, extremamente resistentes e absorventes, compactas, folhas intercaladas com duas dobras, gramatura mínima: 32 g/m², tam mínimo 22x20cm, embalagem c/ mínimo de 5000 folhas , para secar as mãos, com laudo microbiológico do produto de acordo com a portaria 1480 e ficha técnica junto a proposta.	2020	PCT	109,39	220.967,80
99	Rodo de espuma dupla face : abrasivo verde na esponja, c/ cabo tam. mínimo: 120cm, medidas mínimas da espuma: Altura: 3cm x Largura: 7,5cm x Comprimento: 29cm, de boa qualidade	167	UNID	18,02	3.009,34
100	Rodo de espuma : c/ cabo tam. mínimo: 120cm, para passar cera, medidas mínimas da espuma: altura 7,5cm x largura 8cm x comprimento 29cm, de boa qualidade.	150	UNID	13,16	1.974,00
101	Rodo Plástico Borracha Dupla 45 cm Azul: c/ cabo de Alumínio e c/ rosca plástica de 140cm, de boa qualidade.	38	UNID	21,98	835,24
102	Sabão de álcool em barra : neutro, função antisséptica de higienização, potenciabilidade microbicide e germicide, embalagem 900g, Dimensões do Produto: Altura: 10cm,Largura: 10cm, Comprimento: 10cm, pacote com 5 unidades.	110	UNID	4,07	447,70
103	Sabonete líquido para mãos e rosto : com tensoativo 100% biodegradável, condicionador e fórmula suavizantes que não ressecam nem agredem a derme, pH neutro,limpeza com hidratação, solúvel na água, hipoalergênico, dermatologicamente testado, embalagem c/ 5 litros. ESSÊNCIA ERVA DOCE OU NEUTRO.	192	UNID	22,86	4.389,12
104	Saco capa fardo reforçado : plástico transparente e resistente, suporta 5 kg, tam. mínimo 50x 80 cm, pacote com 100 unidades .	520	PCT	193,68	100.713,60
105	Saco para lixo capac 100 litros/20 kg : boa qualidade, super resistente, dimensões mínimas 75x90cm, embal c/ 100, mínimo 0,08 micras, que esteja de acordo com a norma ABNT 9191/2008 com laudo de acordo com a norma mencionada e ficha técnica do produto junto a proposta	620	PCT	86,78	53.803,60
106	Saco para lixo capac 30 litros/6 kg : boa qualidade, super resistente, dimensões mínimas 59x62cm, embal c/ 100, mínimo 0,08 micras, que esteja de	630	PCT	31,74	19.996,20



Estado do Rio Grande do Sul
**PREFEITURA MUNICIPAL DE
ENTRE-IJUI'S**

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89 971.782/0001-10
Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani
E-mail: licitacao@pmei.rs.gov.br – Fone: (55) 2120-2779
<http://www.entreijuis.rs.gov.br>



	acordo com a norma ABNT 9191/2008 e apresentar laudo de acordo com a norma mencionada e ficha técnica do produto junto a proposta.				
107	Saco para lixo capac 50 litros/10 kg: boa qualidade, super resistente, dimensões mínimas 63x80cm, embal c/ 100, mínimo 0,08 micras, que esteja de acordo com a norma ABNT 9191/2008 e apresentar laudo de acordo com a norma mencionada e ficha técnica do produto junto a proposta.	628	PCT	43,61	27.387,08
108	Sacola plástica reciclada reforçada: cor branca, alça camiseta, suporta mais de 10kg, micra no mínimo 15, tam. mínimo 90x100cm, caixa c/ 100 unidades.	16	CAIXA	181,20	2.899,20
109	Saponáceo cremoso, embalagem 250 ml, alta abrasividade, multiuso para remoção de sujeira e gordura acumulada, ação em diversas superfícies, data fabricação e validade .	100	UNID	10,77	409,26
110	Saponáceo líquido cremoso: embalagem de 5l, alta abrasividade, para remoção de sujeira e gordura acumulada, ação em diversas superfícies, data fabricação e validade, sem essência ou neutra.	150	UNID	63,38	9.507,00
111	Shampoo com cera automotivo: embalagem 20 litros, cera resinado, para lavagem de veículos, concentrado, pH Neutro, limpeza e brilho,	10	UNID	137,85	1.378,50
112	Toalha de banho: medidas mínimas 67cm x 1,35m, tecido felpudo, algodão e poliéster, cor branca, gramatura 400g/m², costura dupla, toque macia,	55	UNID	25,25	1.388,75
113	Toalha de rosto: tecido felpudo 100% de algodão, padrão lisa, toda branca, toque macio e de boa absorção, costura dupla, medidas mínimas 45 x 80cm ou 49 x 70cm, Gramatura de 430 a 600 G/m².	100	CAIXA	11,26	1.126,00
114	Touca descartável, TNT: unissex, cor branca, confeccionada em falso tecido de polipropileno/poliéster, totalmente automatizada, Gramatura mínima: 30g/m², cxa com 100 unidades, de boa qualidade.	85	CAIXA	10,62	902,70
115	Vassoura de palha natural: palha super reforçada, nova, com cabo de madeira, mínimo 35cm largura, cabo 1,20m, de boa qualidade	177	UNID	30,14	5.334,78
116	Vassoura, tipo noviça: nova, com cerdas sintéticas resistentes, cabo de madeira reforçado e plastificado com pelo menos 120cm, com aparação curva, bem fixadas e resistentes. Dimensões mínimas: 30cm x 19cm x 6,5cm, de boa qualidade.	191	UNID	13,26	2.532,66